

CEMAP - DOIS PONTOS - ED - N - 4

# DOIS PONTOS

ANO 1 N° 4

Um Jornal de Estudante

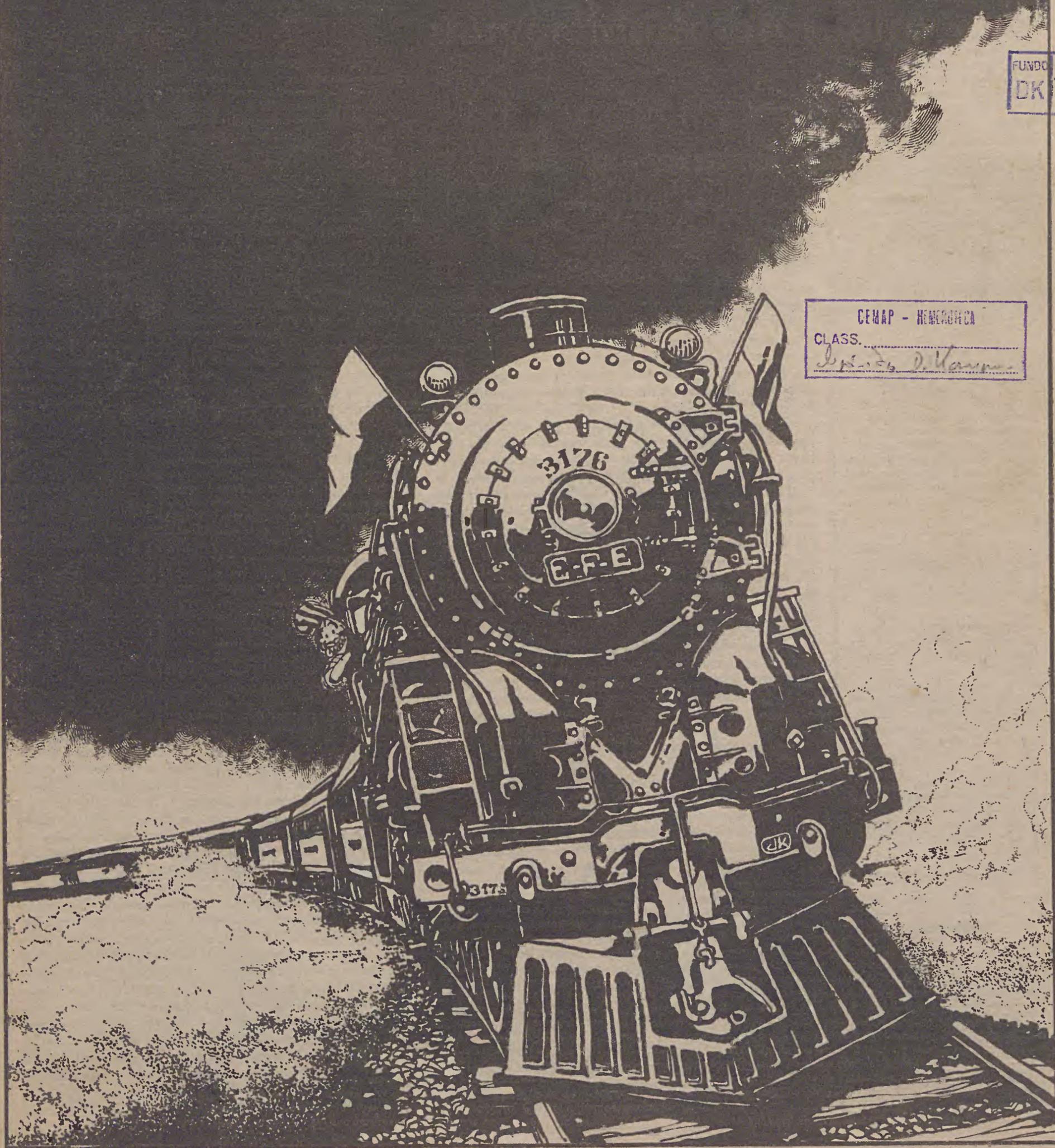
CR\$ 3,00

CEMAP - BIBLIOTECA  
CLASS. ....

## EDUCAÇÃO: QUEM PEGA ESSE TREM?

FUNDO CEMAP  
DK P2182

CEMAP - BIBLIOTECA  
CLASS. *Dois Pontos*



# TROCA TROCA

Troco 11 ministros do petróleo por igual número de bruxas da Idade Média. É preciso botar os pingos nos is. Tratar com Carlos I, o Chacal.

Aos calouros: Troco diploma de filosofia por uma viagem à Bahia. Conversem com seus pais, pelo amor de Deus. Digam que ao invés de receber o prêmio pela aprovação, vocês poderão receber imediatamente o diploma. Por outro lado eu também acabarei livrando alguma coisa e os 4 anos não estarão totalmente perdidos.

Troco uma ditadura militar fascista que censura implacavelmente a imprensa, mantém o povo na miséria, entrega as riquezas do país aos imperialistas, tortura e mata presos comuns e políticos, por um governo que respeite um pouquinho só os nossos Direitos Humanos. Tratar com qualquer chileno que não seja da Junta.

Troco o banco traseiro e dois pára-lamas de um fusca zero km por 1 tanque de gasolina.

Troco uma perspectiva de calouro por uma desilusão de veterano. É preciso acelerar o processo.

Troca-se uma bailarina que fez sucesso em las ilhas del Caribe e que está dançando como nunca, por un Leon de Chacra puro sangue que possa botar orden nesta gran zona en que se transformó esta tierra. Tratar en Corrientes, 348.

Troco uma Empresa de Petróleo por uma Universidade que venha a adotar o ensino pago. Cartas confidenciais para a redação.

Lembram-se do bolo que precisava crescer bastante para que depois fossem divididas as fatias? Pois é, eu estou trocando a minha, totalmente queimada e murcha, por uma participação na direção desta padaria. Garanto que não dá zebra. Tratar com o padeiro frustrado.

Troco um Esquadrão da Morte por uma sucursal da Magia de Branco. Motivo: é mais distinto. Acompanham alguns candidatos a presunto e um arsenal de psicotrópicos.

## EXPEDIENTE

Edição sob responsabilidade do CEAC — Centro de Estudos de Artes e Comunicação. Correspondência para Rua Afonso Pena, 272 — Bom Retiro — São Paulo. Participaram na elaboração desse número alunos das seguintes escolas: ECA, CIÊNCIAS SOCIAIS, POLI, FAU, HISTÓRIA, PSICOLOGIA. Números atrasados: endereço acima. Composto e Impresso na PAT — Publicações e Assistência Técnica, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 — Pinheiros — São Paulo.

# CORO DOS DESCONTENTES



## Os doutores de Botucatu estão tristes

Hoje, festa da minha formatura, vejo alegria e felicidade radiante em todos vocês: pais, irmãos. É festa, não? Que desencontro! Meus colegas e eu nos encontramos apreensivos e tristes. Hoje, festa da minha formatura e não estou sorrindo. Minha preocupação é essa formação tão raquítica, tão deficiente, que recebi.

Hoje, o indivíduo chega à Universidade muito pouco preparado, sem os requisitos que ele deveria ter adquirido durante o curso Secundário. Chega completamente desinformado sobre o que vai encontrar e enfrentar durante sua vida nessa Universidade — sonho de muitos, realidade de poucos. (Penso quantos nós éramos no primário, quantos no ginásio e quão poucos somos agora).

Surpreso comecei a ver e aprender coisas que na verdade já deveria ter visto e aprendido. Logo vi que Universidade, palavra para mim tão abstrata, não era mais que uma repetição do que já havia passado, agora em vestes novas. Pessoas denominadas docentes, algumas famosas das quais eu tinha orgulho em ser aluno, não podiam dar aulas porque estavam muito ocupadas com pesquisas e teses a serem realizadas num limitado período de tempo e que em sua grande maioria não atendiam às reais necessidades do nosso povo, assim sendo feitas por força das leis que regem a Universidade. Afinal, como ascender na carreira? E o meu ensino? Com o passar do tempo comecei a notar mais defeitos e falhas existentes. E curiosamente, à medida que chamávamos atenção sobre eles, quase que imediatamente sentíamos a força de três algarismos, esbarrávamos em sólidas muralhas que faziam nossas reivindicações morrerem logo após terem nascido. Tomar posições pesa muito. Pesa em mim, em vocês, em todos nós. Quando despertei para esses problemas comecei a falar, a discutir, propor. Convocava-se Assembléia. Que pena! De mil colegas só pouco mais de duzentos compareceram. Estranho. Problemas tão graves afetando a toda a Faculdade e porque tão poucos interessados? Vocês têm representantes, me disseram uma vez. Que representação é essa onde um único colega representa mil alunos de quatro cursos diferentes? Com problemas diversos? Que representação é essa? Simbólica? Por que não se reconhecer a representatividade do nosso Centro Acadêmico?... Universidade, li uma vez, é o local onde se informa e formam os futuros dirigentes do país; é onde se aprende o senso crítico das coisas. Mas, por tudo que já disse, pergunto: Como? Assim, recorro ao que disse o apóstolo São Paulo: "em tudo somos oprimidos, mas não esmagados; confundidos, mas não abandonados; prostrados, mas não aniquilados". Falando tanto e tudo isso, vocês podem até pensar que serei um profissional. É triste mas preciso dizer que vocês estão enganados. Eu próprio, pensando seriamente, vejo que não fui formado para isso. Estou inseguro, temeroso; sei que aprendi a dividir mas terei que somente somar, multiplicar e principalmente diminuir se falo de pessoas. Será que posso até dizer que sou um grande teórico?

Uma outra coisa me preocupa. Como serão os discursos futuros? Ainda saberemos falar de tudo isso ou os tempos nos levarão ao discurso lacônico, sem palavras? Talvez daqui a dez anos só será dito isto: "Pois é,

gente. É isso aí. Tudo bem. Sem grilos". Deixo aqui bem claro que fui formado para atuar dentro do meio mas não para o meio. Quisera eu trazer vida nova para vocês, fazer surgir dentro de cada um uma nova esperança.

(O discurso foi elaborado por uma comissão de alunos eleita pelos formandos.)

## Expulsaram o Pe. Jentel. Por quê?

Prezados Senhores:

Tomando conhecimento da expulsão do Pe. Francisco Jentel, a COMISSÃO PASTOTAL DA TERRA deplora profundamente este fato em comunhão com a igreja que se preocupa com a sorte dos homens sem terra deste nosso país. Pe. Jentel dedicou sua vida aos índios e posseiros do Nordeste do Mato Grosso. Seu trabalho foi desenvolvido sempre dentro do campo legal. Procurou as autoridades competentes para expor os conflitos da terra que se desencadeava em sua paróquia de Santa Terezinha. Recorreu constantemente ao IBRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Chegou até o Presidente da República, Mal. Artur da Costa e Silva, de quem ouviu a promessa de uma rápida solução para os problemas dos moradores de Santa Terezinha. A solução, porém, foi sempre protelada. A atuação do Pe. Jentel estava sempre voltada para estes pobres lavradores, posseiros, incentivando-os no seu trabalho, apoiando-os na defesa do solo que cultivavam. Para isto animou a criação de uma cooperativa agrícola. Através dela instalou a primeira máquina de beneficiar arroz de todo o Nordeste do Mato Grosso. O primeiro trator agrícola que entrou nessa área também foi trazido por ele. As reivindicações feitas em defesa do direito dos posseiros foram reconhecidas pelas autoridades federais em 1972, quando obrigaram a CODEARA a titular os trabalhadores que cultivavam aquelas terras. Apesar disso tudo, por incrível que pareça, a ação do Pe. Jentel foi qualificada de subversiva e atentatória à segurança nacional pela Autoridade Militar de Campo Grande. Um ano depois, o Superior Tribunal de Brasília desclassificou o processo, passando-o à justiça comum. Considerando todos estes fatos, deixa-nos perplexos a afirmativa do Sr. Ministro da Justiça que qualifica de "nociva" a atuação do Pe. Jentel. Mais perplexo ainda ficamos diante do fato de que um inocente, assim ele foi declarado pelo Superior Tribunal Militar, seja expulso do país depois de a ele ter servido por 20 anos. A Comissão Pastoral da Terra não pode aceitar mais esta arbitrariedade. Ao contrário, ela quer publicamente exaltar a figura do Pe. Jentel como defensor dos posseiros, e quer lembrar a toda a igreja do Brasil que a causa do Pe. Jentel deve ser a causa de todos os cristãos e homens de boa vontade, pois o nosso país, segundo dados oficiais, tem praticamente 10.000.000 (dez milhões) de famílias sem terra, e os pequenos proprietários também estão sendo engolidos pela ganância do latifúndio que cresce e domina. O fato de que grandes proprietários se levantam contra os que propugnam uma melhor distribuição de terras em nossa pátria, e que suas palavras encontrem eco entre as autoridades, não pode nos deixar desanimados. Devemos continuar lutando ao lado dos que, apoiados nos seus direitos, exigem sua parcela neste mundo que Deus fez para todos. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.

## Editorial

**P**ara o leitor que ainda não conhece **Dois Pontos**, este número é mais do que uma apresentação exclusivamente dedicada a chamar a atenção de mais pessoas para nosso trabalho; apesar, é claro, de isso ser também nosso objetivo.

O tema "Educação Brasileira", é, de certo modo, o vínculo mais próximo que nos une ao vestibulando e ao calouro, em primeira hipótese. Aquele que conseguiu chegar à elitizada "Estação da Universidade", conforme o paralelo que criamos, ou mesmo aquele que volta mais uma vez ao exercício da tentativa, precisa discutir esses assuntos e fixar atenção especial sobre ele. É um tema não muito frequente, e poucas vezes veiculado de modo analítico e sem concessões, na imprensa diária. Não pretendemos esgotá-lo, nem dar-lhe um alcance muito grande: importa a nós a necessidade de que se comece a discutir e descobrir os dados da nossa realidade. Nesse sentido é que achamos interessante realizar esse retorno, mesmo que rápido e esquematizado, às raízes do nosso passado histórico, como estudantes (temos por certo o fato de que o público que Dois Pontos atinge, tomou — pelo menos o trem até o vestibular, ou o fará).

Assim, voltamos longe, até mesmo à Educação Pré-Escolar, onde o nosso trem começa a sair da Estação. Todos nós tomamos esse trem — mas vemos ainda muitas pessoas a espia-lo, desconfiadas. E mesmo que a porcentagem de matrículas no 1º grau seja em número assustador, não devemos nos iludir: outra porcentagem muito reduzida dessas crianças chegará ao fim do 1º ano primário — onde começa a seleção. Isso naturalmente nos remete ao sistema eco-

nômico vigente — e onde a renda mal distribuída faz com que as populações carentes não se alimentem convenientemente para competir em termos educativos, nem que o total de vagas oferecidas pela rede escolar fosse espetacular. O trem se esvazia — a desigualdade, que já vinha selada desde o nascimento, faz morada definitiva.

Desse ponto partimos — e então, todas as paradas desse trem estão discutidas, nos artigos que publicamos: o pré-escolar, o 1º grau, o 2º grau, etc. até a universidade. É importante notar este trem em movimento — não considerar as matérias estanques e particulares. Julgamos que cada uma remeteria à outra, e que todas juntas fariam o papel de crítica ao Modelo Educacional Brasileiro, que, por sua vez resultaria no questionamento das próprias bases do sistema econômico em que ele se assenta. Talvez mesmo certas preocupações se repitam em todos os artigos: a principal delas é não lutar por reforma num sistema educacional falho e sim, por uma ordem social mais justa, que por sua vez nos remeterá à necessária transformação na Educação de nosso país.

E preocupados com a importante participação política dos estudantes que agora tentam chegar à Universidade, publicamos "A função política do estudante", que procura abrir perspectivas aos futuros calouros (ou não), que tomarão o 1º contato com essa realidade, e dizer-lhes: Há muita coisa para ser feita, discutida e revista — nenhum estudante deve se omitir nessa tarefa.

A série "A aula que você não teve", procura abordar assuntos que, provavelmente, não se veicularam em todos os anos de educação, e nem tampouco, se poderá esperar

da universidade. O que não quer dizer que esses assuntos poderá esperar da universidade. O que esses assuntos sejam secundários — o que se dá é que geralmente não temos acesso às informações mais importantes sobre nossa realidade — realidade essa que deveríamos apreender suficientemente para que, como futuros profissionais, tivéssemos condições de transformá-la.

Para as pessoas que tomam o primeiro contato com o DOIS PONTOS, achamos essencial explicar como surgiu o nosso trabalho e quais seus objetivos. Em julho do ano passado, reunimos um grupo independente de estudantes, com o intuito de realizar um trabalho em termos de imprensa estudantil. Esse nosso intuito partiu da análise que fizemos da imprensa estudantil. Chegamos à conclusão de que esta havia de certo modo, sido transformada num veículo apenas de palavras de ordem, ou seja, em que os fatos eram colocados sem nenhuma análise. Por acreditarmos que somente o questionamento e a análise da realidade podem conduzir a um posicionamento efetivo de quem lê, por acreditarmos ser necessária a fidelidade histórica ou o respeito aos fatos, e que qualquer ponto de vista emitido traga consigo sérias argumentações, foi que optamos por esse trabalho independente.

Não temos limitações hierárquicas ou burocráticas. Todos os trabalhos realizados por este jornal são discutidos e aprovados em consenso. Somos um grupo definido, o que não quer dizer que sejamos fechados. Temos dificuldades financeiras, uma vez que não recebemos nenhuma subvenção. Dependemos apenas do dinheiro das vendas. Estamos abertos às críticas, desde que venham contribuir para o amadurecimento de nosso trabalho.

# ANGU GERAL



## Cuidado: 10.300.000 vestibulandos a mais em 76

A EBSA — Documentário do Ensino é uma publicação mensal distribuída gratuitamente aos Estabelecimentos de Ensino Médio, Entidades Educativas e Bibliotecas. Traz informações sobre legislação e atos administrativos (Decretos do Executivo na área da Educação, Portarias e Despachos do MEC, etc.), opiniões e discursos de Ministros, Secretários, educadores, etc.

Baseado nesta revista e no digno ex-ministro e atual Senador Jarbas Passarinho, concluí que este ano estariam concorrendo às vagas das universidades cerca de 10.300.000 alunos, além do número habitual. Esta catástrofe de proporções incalculáveis só não está ocorrendo porque o previdente ex-Ministro teve o cuidado de fabricar planos só por palavras. Os dados que divulgava também não correspondiam à realidade — eis a razão de não provocar uma tempestade de vestibulandos que inundariam todos os Estádios, Autódromos e Jockey Clubs do Oiapoque ao Chui. E ainda ficariam muitos milhões fazendo cruzinhas nas praias. Tudo isto para quê? Para preencher cerca de 100.000 vagas (será que nestes dados nós podemos confiar?).

Bem, eu sei que muita gente ficaria furiosa se eu matasse a cobra e não lhe mostras-

sa se eu matasse a cobra e não lhe mostrasse o pau. Então lá vai.

Revista EBSA nº 275 (fevereiro/71) — pág. 54:

"O índice de analfabetismo, a partir de 14 anos, baixou de 39 para 32,1%, mas continua sendo alarmante. (...) Segundo as informações mais recentes, há cerca de 16,5 milhões de analfabetos com idade a partir de 14 anos".

Revista EBSA nº 291 (junho/72) — pág. 33:

"Abordando o trabalho realizado pelo MOBIL e pelo Projeto Minerva, o Ministro da Educação afirmou que o Movimento Popular de Alfabetização conseguiu reduzir a taxa de analfabetismo de 33 para 10%, explicando que o programa de integração dos mobralsenses permitirá que dentro de 4 anos, eles estejam frequentando escolas de nível universitário."

Tal. É só fazer as contas para verificar que, no período de 1 ano e 4 meses, o Movimento Brasileiro de Alfabetização conseguiu a façanha de educar cerca de 10.300.000 alunos que, neste ano de 76, estariam ingressando no curso superior. O pior de tudo isso é que, quando procura fazer algum estudo, o estudante recorre forçosamente a fontes oficiais, acabando por

se enroscar em um emaranhado de dados conflitantes, não encontrando, jamais, o bendito fio da meada. Por exemplo nesta mesma conferência (transcrita na revista EBSA nº 291) o ex-Ministro declarou que analfabetismo será banido do país até 1979. Faltam 3 anos. Quem viver lerá, isto é, verá.

## Redação: a Cruz continua

"Compor é arrancar o texto das entranhas do tema." (F. de Sanctis)

Súspiros de alívio! Ainda desta vez alunos e professores poderão recostar suas cabezinhas nos travesseiros e dormir tranquilos (?). Mais uma vez foi afastado do vestibular o "temível monstro da redação". É mais uma batalha vencida pelos adeptos do "prático" e "objetivo" sistema de cruzinhas. Mais uma vez, os estudantes se absterão de mostrar a sua realidade, de se posicionarem através da palavra escrita. Livres da preocupação com a redação, os professores aperfeiçoam os métodos de melhor colocar o "xis" no lugar certo, ou de "como chutar com poucas possibilidades de erro". O sistema de cruzinhas tem causado enormes males aos estudantes (tanto quanto o próprio vestibular), dentre os quais o menor, talvez seja a incapacidade de expressar-se corretamente em português (se comparado a o insignificância do conteúdo). Parece claro o processo deste sistema. Sendo treinado apenas para colocar cruzinhas, o aluno foi perdendo o hábito da discussão (que na maioria das vezes é proibida), da reflexão e da crítica. Simultaneamente, foi tendo reduzida a "sua capacidade de análise, de síntese e de generalização". E isso, é imperdoável. Sem generalizar, o aluno terá sempre uma visão limitada da realidade que o cerca; impedindo que se faça as possíveis relações entre os fatos que presença e os que atingem o resto da sociedade; que se faça a relação causa/efeito entre o regime político que está no poder e as coisas que acontecem ao seu redor, coisas como, por exemplo, o método de avaliação utilizado hoje. A "praticidade" e "objetividade" destes testes forçam respos-

tas limitadas, aos "sim" ou aos "não"; não permitindo melhores explanações está, em outras palavras, antecipando o que acontecerá ao estudante: tornar-se-á apenas mais uma peça reprodutora, cada vez mais "maquinizada" (e este é o objetivo da Reforma Universitária, quando propõe um ensino mais tecnicizante), a quem é vedado pensar, extrapolar daquilo que lhe foi ensinado na escola procurando soluções para os problemas. As redações dos "aspirantes" à Universidade (e não só a deles), além dos erros gramaticais: grafia, pontuação, etc (que alguém bem definiu como "ortografia mobralsca"), apresentam-se sem uma estrutura lógica, numa sucessão de frases vazias e de constatações óbvias, porém, sem nenhuma justificativa. A introdução da redação nos exames vestibulares seria adequada agora, se houvesse uma adaptação de todo Ensino, que pc "imitasse a exigência dela hoje. Perguntados a respeito das causas deste "caos", em que nos encontramos, alguns educadores tentando desviar a atenção do motivo real, culpam a televisão, o cinema, a história em quadrinhos; alegando que estes, por se valerem de recursos visuais associados aos orais ou à escrita, distanciam os alunos do hábito da leitura. Exemplificando que é muito mais cômodo assistir a um filme de 2 horas, que ler um livro de 200 pgs. Mas estas são as respostas simplistas, para um problema muito mais profundo. Para modificar este panorama, não bastaria apenas, mudar o método de avaliação utilizado no vestibular; far-se-ia necessário revisar o conteúdo e os métodos de ensino, que vêm sendo aplicados desde o ensino primário; far-se-ia necessário mudar toda a política educacional do governo. Notamos pois, porque isso não é feito. Porque é interessante, para o sistema menter a reforçar este tipo de ensino, porque ele serve para manter o estudante alienado. Porque não a redação? Porque, como bem coloca Alfredo Bosi: "Redigir não é um ato neutro. Ou não deve ser. Empenha ideologia e mexe com as mais profundas experiências de classe, de sentimento e de percepção". E é justamente isto que deve ser evitado para preservação "da paz e tranquilidade" da classe dominante.

# ANGU GERAL

## RESOLVA ESTE PROBLEMA

Uma família tem 6 pessoas: pai, mãe e quatro filhos menores. O salário do pai é o mínimo vigente no país: Cr\$ 532,80. Supondo-se que cada membro da família toma um cafézinho de manhã, outro no almoço e outro no jantar, ao preço de Cr\$ 1,00 cada, calcular quanto sobra no fim do mês.

$$1,00 \times 3 = 3,00$$

$$3,00 \times 6 = 18,00$$

$$18,00 \times 30 = 540,00$$

$$532,80 - 540,00 = ?$$

Dados: segundo estatísticas oficiais, 70% da população trabalhadora do Brasil ganha até um salário mínimo.

## Ensino Pago em Doses

UNIVERSIDADES DO BRASIL SA.  
★ INGRESSOS ★



Quase nenhuma alternativa resta ao estudante impossibilitado de pagar uma escola particular (e são poucos os que conseguem cursar uma escola gratuita), já que diminuiram consideravelmente o número de bolsas integrais concedidas pelo MEC (hoje praticamente extintas, as 71 mil concedidas em 71). Com a implantação do sistema de crédito educativo, lançado pelo Ministério da Educação, elas desaparecerão definitivamente.

Em 1973, este sistema foi anunciado pelo então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, um ano antes da tentativa de implantação do ensino pago nas universidades mantidas pelo governo, o que só não foi conseguido devido à movimentação dos estudantes.

Até 1974, vigoravam dois convênios

empresa-MEC: com a Volkswagen e com a SANBRA. Mas, segundo o assessor do Ministério da Educação, Prof. Armando Dias Mendes, todas as bolsas de estudo gratuitas não funcionarão mais, a partir de 76, após a introdução do crédito educativo.

Este sistema consiste na devolução da verba gasta com o estudante no período da graduação, devolução esta que deverá ser feita um ano após o término do curso (na Universidade Católica de Campinas o pagamento é feito três anos após a formatura). O financiamento dos estudos será feito com juros de 15% ao ano, sem correção monetária e sem qualquer outra taxa. Mas, como afirma o Ministro Ney Braga, é "um programa voluntário: o aluno pode aderir ou não".

A PUC-SP, ofereceu no ano de 74, quase 200 bolsas reembolsáveis mediante assinatura de um contrato, aos alunos que provassem enfrentar dificuldades financeiras. Já na PUC-Campinas, a APLUB (entidade financeira) é a administradora das 100 bolsas concedidas anualmente, que o aluno devolverá acrescido do "Coeficiente de Atualização Monetária" (índice criado por ocasião da desvinculação dos aluguéis de imóveis e outras taxas, do salário mínimo).

Poucas escolas, como o Instituto Mackenzie, a FAAP e a Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa, ainda oferecem algumas bolsas parciais. Mas raramente o esforço dispendido no "corre-corre" para a obtenção dos documentos é compensado, pois muitas das bolsas cobrem apenas 5% das anuidades (uma anuidade de 4.500 cruzeiros tem uma redução de apenas 225 cruzeiros). Na Santa Casa e no Mackenzie, em 1975, além de oferecerem um número de bolsas muito aquém dos pedidos, estas cobriam no máximo 50% das anuidades.

Com a adoção deste sistema, as coisas, já bastante ruins, pioram muito (para os estudantes), porque as escolas particulares que antes ofereciam um número razoável de bolsas integrais passam a adotá-lo (mas segundo o Ministro, "o programa nada retira dos estudantes. Ao contrário, acrescenta uma opção de financiamento dos estudos"). O Programa de crédito educativo está estreitamente vinculado à implantação do Ensino Pago e, conforme declarou o Ministro Ney Braga em julho de 75, justificando a relação: "Não podemos falar de ensino pago, enquanto não implantarmos as bolsas reembolsáveis". Isto nos leva a crer que o sr. Ministro já pensa em começar a falar de ensino pago.



## As tristes lembranças do ME

Muitas figuras do cenário político atual surgiram, para nossa lástima, através do Movimento Estudantil e através dele destacaram-se no jogo político das classes dominantes. Um exemplo disso é o sr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, que em julho de 1945 conseguiu chegar à presidência da UNE, sendo considerado um dos primeiros êxitos da UDN (União Democrática Nacional) em relação ao controle ideológico do movimento estudantil. Vale a pena lembrar que atualmente, como secretário de Educação e Cultura do Estado de São Paulo, o sr. José Bonifácio, entre muitas outras coisas, manteve-se omissivo quanto à recente crise da ECA.

Outro caso, de maior importância, é o do sr. Paulo Egídio Martins, governador do Estado. Além de ativo participante do CADE, organização estudantil de um "direitismo" extremado, dada inclusive a agressões físicas, o atual governador foi, em 1949, eleito presidente da União Metropolitana de Estudantes, através da qual conseguiu eleger o seu candidato à presidência da UNE. Começou então para o movimento estudantil um período, que vai de 1950 a 1956, onde o "peleguismo" universitário e o aliciamento pelo Ministro da Educação dos pseudo líderes estudantis, bem como a infiltração norte-americana, tornaram-se comuns. Esse é o chamado Período Negro ou Policial da UNE, ou ainda simplesmente "tempos de Paulo Egídio", termo que infelizmente ainda hoje os estudantes têm que engolir.

## Movimentos Culturais

O ano de 1975, em comparação com os anteriores, foi extremamente fértil em termos de atividades culturais na Universidade. É assim que no primeiro semestre temos várias apresentações de músicas, filmes, peças teatrais e debates organizados. O Grupo de Teatro da Poli (GTP) montou A ARCA DE NOÉ e o Grupo de Teatro da ECA (GTECA) apresentou A RESISTÊNCIA; na mesma ECA, no final da greve, foi realizada a I SEMANA DE ESTUDOS EM ARTES E COMUNICAÇÕES, promovida pelo CECAC onde foram debatidos vários problemas ligados à arte e à comunicação, com um grande número de participantes; na FAU foram expostas ao público obras de arte realizadas por estudantes.

No segundo semestre a FAU promoveu a semana de debates acerca da realidade nacional: SAIR DESSA MARÉ e depois em conjunto, o GFAU e o CEHAT (Centro de Estudos da História-USP) promoveram uma semana sobre a cultura popular.

Depois, durante as manifestações em virtude da morte de Vladimir Herzog, surgiu a necessidade de se centralizar esse trabalho cultural o que culminou na realização de três sábados culturais onde se procurou unificar as mostras artísticas visando atingir um público maior. Foi aí que se teve a oportunidade de tomar maior contato com os trabalhos levados pelo Grupo de Teatro da Geologia com CONTRATANTO, pelo Grupo de Teatro da Ciências Sociais com duas peças: O PAGAMENTO e CONTRATO DE RISO, pelo Grupo de Teatro da Medicina com O TUNEL, pelo GTP com O BERÇO DO HERÓI, pelo Grupo de Teatro da Biologia com ENQUANTO SEU LOBO NÃO VEM, pelo Grupo de Música da Física com o show SEM METÁFORAS e pelo Coral da Biologia. A par disso tudo, na POLI, outro pessoal, o Grupo de Teatro Experimental da Poli levava A SALA DOS ESPELHOS, mostrando o teatro do absurdo, na História um outro grupo levava EFEMÉRIDES PAULISTANAS, peça, que pelo seu caráter altamente dilettante foi duramente criticada pelo público, e na Química era levado trechos de TERROR E MISÉRIA DO III REICH, de Brecht. Tivemos ainda a Mostra Musical Universitária que conseguiu reunir trinta e seis novas composições de universitários.

Para o ingressante que se interessa pelo desenvolvimento desse trabalho cultural o campo é vasto, vários grupos existem levando um trabalho e muitos esperam a participação de novos elementos, ou seja, calouros e interessados. Mas é inegável que a Universidade se resente ainda de uma organização maior desse trabalho cultural, que se daria a partir da criação do DCE, necessidade premente dentro do campus e já aparecendo como frente de luta do Movimento Estudantil para 76.

## Leia

### DOIS PONTOS

Um jornal de Educação

CCA  
Silvio Santos  
Bolívia  
Greve na Bahia  
Estágios  
"Movimento":  
Consura

Sexo  
na USP

Jubliamento  
Fau-São José  
Moradia Estudantil

### DOIS PONTOS

Um jornal de Educação

A CRISE E AS PRISÕES  
Residência Médica  
Greve na Bahia

CONTRATOS  
DE RISCO

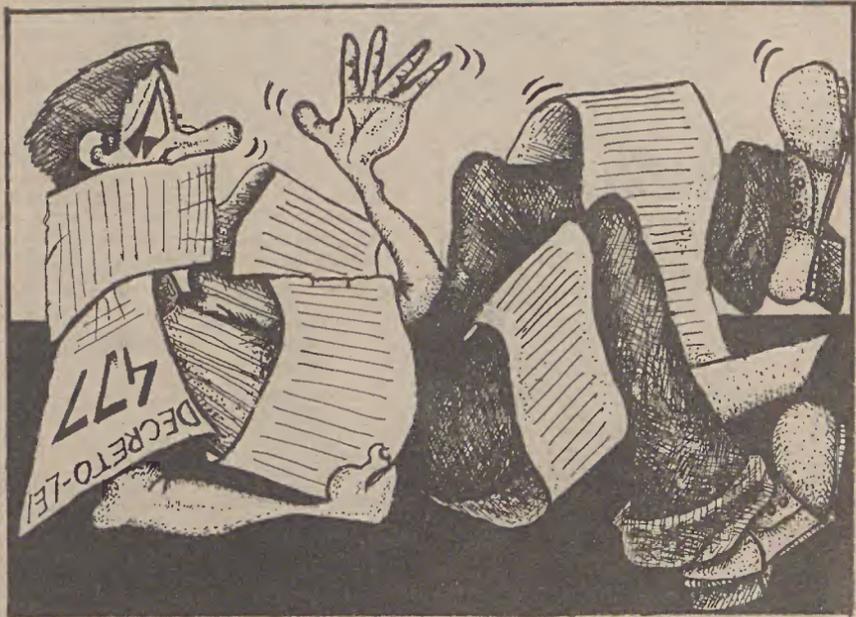
**ABSURDA**  
TEATRO TREZE DE MAIO  
15. MAIO 154-1 20.001-32.001  
MIRIAM MEHLER MARCIA REAL ESTER COES  
TONY RAMOS PAULO PADILHA LUIZ CARLOS DE MOURA ES

DE 4.ª A 6.ª AS 21:15 HS.  
SÁBADO 20 E 22:30 HS.  
DOMINGO 18 E 21:15 HS.

**PESSOÀ**

# ANGU GERAL

Nós convivemos com isso, Porra!



O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968, decreta:

**Art. 1º** — Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I — alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II — atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro do estabelecimento de ensino, como fora dele;

III — pratique atos destinadas à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;

IV — conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V — sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI — use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar atos contrários à moral ou à ordem pública.

Parágrafo 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I — se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos.

II — se se tratar de aluno, com pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.

Parágrafo 2º Se o infrator for beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não poderá gozar nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos.

Parágrafo 3º se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada do território nacional.

**Art. 2º** A apuração das infrações a que se refere este Decreto-lei far-se-á mediante processo sumário a ser concluído no prazo improrrogável de vinte dias.

Parágrafo Único. Havendo suspeita de prática de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará, desde logo a sua instauração de inquérito policial.

**Art. 3º** O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá às diligências convenientes e citará o infrator para, no prazo de quarenta e oito horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator o prazo será comum e de noventa e seis horas.

Parágrafo 1º O indiciado será suspenso até o julgamento, de seu cargo, função ou emprego, ou, se for estudante, proibido de freqüentar as aulas, se o requerer o encarregado do processo.

Parágrafo 2º Se o infrator residir em local ignorado, ocultar-se para não receber a citação, ou citado, não se defender, ser-lhe-á designado defensor para apresentar a defesa.

Parágrafo 3º Apresentada a defesa, o encarregado do processo elaborará relatório dentro de quarenta e oito horas, especificando a infração cometida, o autor e as razões de seu convencimento.

Parágrafo 4º Recebido o processo, o dirigente do estabelecimento proferirá decisão fundamentada, dentro de quarenta e oito horas sob pena do crime definido no artigo 319 do Código Penal, além da sanção cominada no item I do Parágrafo 1º do artigo 1º deste Decreto-lei.

Parágrafo 5º Quando a infração estiver capitulada na lei Penal, será remetida cópia dos autos à autoridade competente.

**Art. 4º** Comprovada a existência de dano patrimonial no estabelecimento de ensino, o infrator ficará obrigado a ressarcí-lo, independentemente das sanções disciplinares e criminais que, no caso, couberem.

**Art. 5º** O Ministro de Estado da Educação e Cultura expedirá, dentro de trinta dias, contados da data de sua publicação, instruções para a execução deste Decreto-lei.

**Art. 6º** Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A. Costa e Silva-Presidente da República.

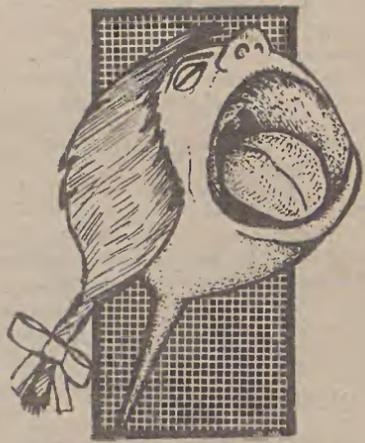
Rebu nas forma-  
turas

Na Pontifícia Universidade  
Católica de Porto Alegre:

Os estudantes de Comunicação Social, protestando contra a "maneira como vem sendo tratada a imprensa", decidiram escolher como homenageado de honra um menino de 15 anos, vendedor de jornais. Além disso, na noite da cerimônia os alunos reclamaram do discurso do orador oficial, e uma das formandas subiu ao palco, botando a boca no mundo, falando das dificuldades que criam para o exercício da profissão. Logo depois, o paraninfo, Antonio Firmo Gonzalez, "esculhambou" a censura.

Na Universidade Católica de  
Pelotas:

Na formatura da turma de Comunicação Social foi onde deu mais rebu. Primeiro: o paraninfo da turma (Dep. federal Getúlio Dias — MDB) foi impedido de sentar-se à mesa de cerimônias, junto com as autoridades, porque o reitor, bispo Antonio Zattera, o proibiu. Antes o reitor havia censurado e proibido o discurso do orador da turma. Segundo o reitor, o discurso estava "demasiado claro". Para completar, o paraninfo da turma também não pôde ler seu discurso, pois, o assessor do reitor "aconselhou-o" a não fazê-lo.



Policciamento na  
Universidade

Embora o policiamento seja, há muito tempo, uma constante tanto dentro como fora da Universidade, a partir do segundo semestre de 75 aumentou sensivelmente. Esse aumento do aparato policial não se justifica simplesmente pelo aumento de assaltos e roubos da Universidade, mas sim, pelo fato de que ocorreu no momento em que se intensificou a repressão em todo o país.

A onda de prisões ocorridos nos últimos meses, atingindo jornalistas, operários, profissionais liberais, etc, atingiu também a Universidade, com a prisão de estudantes e professores. A crise do modelo econômico e o cada vez mais baixo poder aquisitivo do povo, com o aumento do custo de vida e o arrocho salarial, a perda da base social do regime, por um lado, e a circular do ministro Falcão, proibindo reuniões, comícios, enquanto se intensificam as prisões e a repressão a toda a oposição ao regime, consentida ou não, dão índices para a avaliação do quadro geral do país. E a situação da Universidade, como se encontra?

Os estudantes brasileiros são hoje, mais do que nunca, policiados pelos órgãos de

segurança, nas mais diversas formas. Recentemente, o comandante de um grupo de policiais armados de metralhadoras que invadiu a Casa da Universitária de São Paulo para "apurar as possíveis irregularidades existentes", depois de uma série de ameaças externou uma frase infeliz, mas significativa: "estudante é assim mesmo, precisa ir ao DOPS para ver o que é bom". A repressão a que se acham sujeitos os estudantes, às vezes, chega a mostrar um comportamento histórico da polícia. No dia 30 de setembro, um saco plástico com água jogada sobre um carro rebocado pela polícia de trânsito, provocou risos entre as pessoas próximas, e foi motivo suficiente para que os soldados de uma rádio-patrolha que passava pelo local invadissem o prédio da Escola de Engenharia da UFMG, agredissem dois estudantes e os levassem presos ao DOPS.

Em Brasília os estudantes que, sentados no gramado da Esplanada dos ministérios, esperavam uma comissão que tinha ido falar com o ministro Nei Braga, foram fotografados pela polícia que passava vagarosamente junto a eles, em viaturas da PM. Não contentes com as fotografias, os policiais seguiram ainda os estudantes até os pontos de ônibus e alguns até as suas casas.

Pode-se tentar encobrir os acontecimentos da UFMG sob a capa da responsabilidade pessoal dos policiais que invadiram a escola, mas o episódio de Brasília revela claramente a vigilância permanente a que estão submetidos os estudantes, o que é parte de uma política definida, mesmo quando estes tentam o diálogo oficial com o MEC.

Mas não é somente por meio da intervenção ostensiva ou policiais fardados que se reprime o movimento estudantil. A começar pela própria legislação repressiva: o decreto-lei 477, a lei do jubileamento, a portaria 25 do MEC, a impossibilidade da criação de organizações estudantis independentes. Há ainda a atuação de diretores e professores nas escolas, impedindo o livre debate e impondo restrições às atividades dos alunos.

O MEC, não bastasse todo o aparato policial e a legislação repressiva existente, passou recentemente a contar com uma Divisão de Segurança e Informação (criada pelo decreto presidencial 75.524 de 24.3.75) que deverá "cuidar da Segurança Nacional, Mobilização, Informação e Contra-informação em todas as áreas de atuação do MEC" e, sintomaticamente, vai atuar sob a "orientação, fiscalização e normas do SNI".

Na USP, o policiamento sempre foi particularmente ativo, desde a ocupação militar do campus, em 68. Se algumas vezes pareceu dar sinais de abrandamento, ultimamente ele volta a apertar o cerco. A USP conta com um serviço de vigilância próprio. São guardas de uniforme azul-marinho, vinculados à Prefeitura Universitária. Há também guardas à paisana, do mesmo serviço de segurança da USP. A "vigilância dos estacionamentos" não parece ser coisa difícil a um corpo de guardas desse tipo. Porém, existe na Universidade a presença maciça da Polícia Militar, sediada no 16º Batalhão, enclavado na cidade universitária, nas proximidades do Instituto de Física. Dali saíram os tanques que, em 68 invadiram o campus, numa verdadeira operação de guerra. Ao todo são 160 efetivos, "em tempo de paz". Um dos oficiais do 16º Batalhão ocupa o curioso cargo de Assessor Militar do Reitor. Através dele, os diretores das Unidades podem solicitar o policiamento; porém, se preferirem, um simples telefonema diretamente ao Batalhão é suficiente. A burocracia universitária nada tem a obstar.

A AULA DE  
GEOGRAFIA  
QUE NÃO FOI DADA

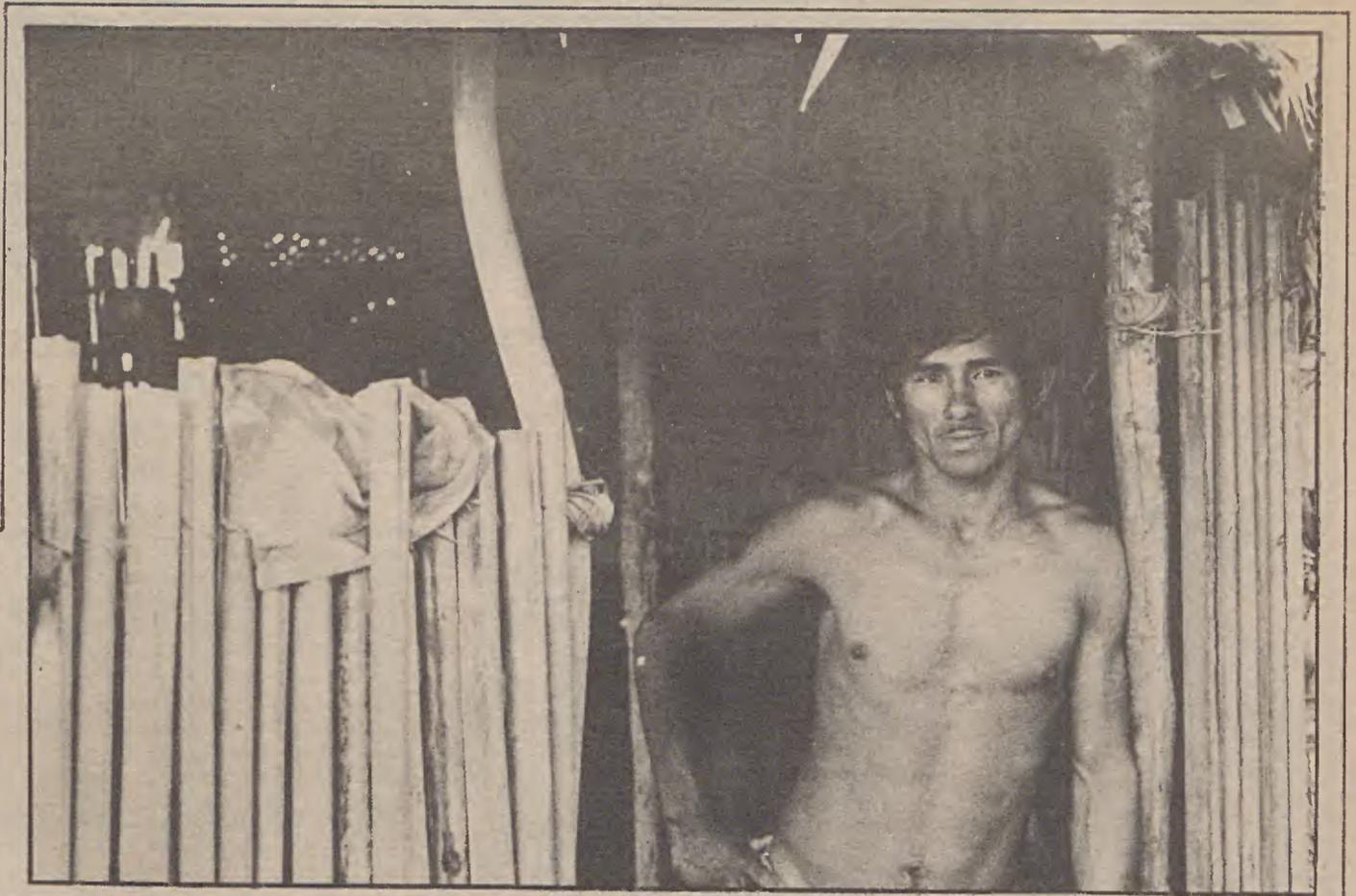
Maués e Careiro, dois municípios da Amazônia onde ocorrem incessantes conflitos entre posseiros, que ocupam e cultivam as terras há anos, e falsos proprietários, que alegam ser os donos delas. Sem nenhum título de propriedade, centenas de famílias, em péssimas condições de vida, além de não conseguirem ter seu direito de posse legalizado, estão sujeitas a um regime de trabalho muito comum em nossa agricultura: os latifundiários exigem 2/3 da produção, monopolizam a compra do produto cultivado, vendem alimentos e ferramentas através de seus próprios armazéns e negam qualquer tipo de garantia aos posseiros da região. Com todas as vias legais bloqueadas e com organizações sindicais enfraquecidas para levar à frente de maneira efetiva as aspirações dos trabalhadores do campo, os posseiros de Maués e Careiro encontram-se impossibilitados de qualquer reação.

Esses dois casos, embora com peculiaridades, inserem-se na problemática geral da propriedade da terra no país. As distorções da estrutura agrária brasileira são responsáveis pela existência de 10 milhões de famílias que não possuem terras, ou cultivam glebas insuficientes para a sua manutenção. Enquanto a propriedade da terra concentra-se em pouquíssimas mãos, os trabalhadores rurais vivem em péssimas condições de alimentação, saúde e trabalho, sujeitos a espoliações de toda ordem. Os conflitos pela posse, uso e propriedade da terra, refletindo toda uma estrutura, ocorrem com frequência: existem no país 80 milhões de hectares ociosos, dos quais 81% estão sob controle de latifundiários, ou são terras abertas à especulação imobiliária. Esta situação só pode gerar tensões. Em Mato Grosso, estado de baixa densidade demográfica, 4.852 famílias estão envolvidas em conflitos de terra, segundo dados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso, com ocorrências que vão desde intimidações policiais, prisões e despejos de posseiros, até casos de homicídio. Os conflitos de terra, acusam de sua parte a ineficiência do Estatuto da Terra (lei nº 4.504 de novembro de 1964) e de programas como o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agr. indústria do Norte e Nordeste), demonstrando que qualquer tentativa de redistribuição de terras atrelada a um organismo patronal — no caso, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) — está invariavelmente predisposta ao fracasso.

NEGREIROS DOMINAM  
MAUÉS

Maués, município amazonense localizado entre os rios Apoquitana Grande, Apoquitana Mirim e Laguiño, possui cerca de 600 famílias de posseiros, instaladas às margens dos rios, em precárias condições de vida — algumas estão fixadas na área há mais de cinquenta anos — que dedicam-se exclusivamente ao cultivo do guaraná. Embora por direito as terras sejam suas, os posseiros, na impossibilidade de conseguirem o registro de propriedade, encontram-se sob condições de alta exploração, controladas pela família Negreiros, que possui total domínio do município.

A história da família Negreiros não deixa de ser curiosa. Pedro Manuel, o primeiro Negreiros que instalou-se na região, teve filhos com diversas mulheres do lugar, gerando imensa prole. Como se isso não bastasse, muitos pais, embora sem nenhum laço de parentesco com os Negreiros, registraram seus filhos com esse sobrenome, esperando tirar algum proveito da força que a família começava a ter no município. Isso fez com



MAUÉS:  
na terra do guaraná

que se formasse uma verdadeira avalanche de Negreiros. Com o tempo, passaram a exercer o controle não só das terras mas também de todos os postos de importância na cidade, que atualmente quando não estão sob a responsabilidade direta de um Negreiros, estão colocados a serviço do interesse da família.

Essa estranha família dita as regras do jogo em Maués. Os posseiros, impedidos de diversificar a produção, forçados a entregar 2/3 do que produzirem e a adquirir alimentos e ferramentas que necessitam no armazém da família, são mantidos à custa de intensa repressão. Alguns trabalhadores rurais, que recusaram-se a entregar parte da produção exigida pelos latifundiários e por terem procurado melhores preços para o seu produto, sofreram fortes coações da família. Os posseiros foram ameaçados de morte, tiveram suas casas queimadas e as roças pisoteadas pelo gado. Houve também casos inclusive de expulsão de famílias que procuraram resistir à exploração.

A LEI!

Os choques estavam bastante intensos quando, em 1973, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) dava início às suas atividades no município de Maués. Dedicando-se ao trabalho predominantemente assistencial e de esclarecimentos sobre os usurpados direitos dos posseiros e voltada aos demorados e ineficazes processos judiciais, a CONTAG foi, no entanto, incapaz de resolver os problemas. A ocorrência de um choque armado entre posseiros e a família Negreiros foi evitada, pela intervenção da CONTAG, que recorreu aos burocratizados canais legais para a solução da questão.

Pela legislação, os direitos dos posseiros vão desde a livre comercialização dos seus produtos, até o direito ao título de posse da terra que ocupam. O usucapião, regulado pelo Código Civil (artigos 550 e 551) garante a posse definitiva da terra ao posseiro que a tenha cultivado e ocupado (sem que a terra tenha sido reclamada) pelo prazo de 10 a 20 anos, conforme existência ou não de um proprietário anterior. Com relação às famílias de Maués, algumas fixadas à terra há mais de 50 anos, esses direitos não foram reconhecidos legalmente, apesar das tentativas da CONTAG.

A verdade é que as vias legais encontram-se todas bloqueadas. A nível local a família Negreiros conta com os serviços não só da polícia como

também de figuras do judiciário local. Por outro lado, a intervenção direta do INCRA, que foi requisitada pela CONTAG, depois de um ano que o pedido foi feito, ainda não ocorreu. Além disso, dois deputados enviados à Assembleia Legislativa do Amazonas, eleitos com o voto dos posseiros, têm servido tão somente aos interesses latifundiários dos Negreiros.

O promotor local, conivente com a dominação da família, dificulta qualquer tentativa de regulamentação dos documentos para os posseiros, facilitando a documentação para os Negreiros. O mesmo acontece com os processos contra os capangas da família, todos empoeirando nas gavetas do fórum, enquanto as ações contra os posseiros estão em rápido andamento. Quando foi instaurado um processo judiciário baseado no usucapião, a juíza local, Lea Nilge Rodrigues, recebeu licença do cargo por um ano, fazendo com que a ação ficasse parada por tempo indeterminado.

Da mesma forma, a requisição de intervenção direta do INCRA na região foi outra estéril tentativa da CONTAG sem maiores resultados, embora, de acordo com o Estatuto da Terra (art. 43, §2), toda vez que ocorrerem sérias tensões nas estruturas agrárias de determinada área, através de decreto presidencial, a região será considerada prioritária para a efetivação da reforma agrária.

CAREIRO: TERRAS  
DEVOLUTAS

Próximo a Maués, no município de Careiro, ocorrem conflitos semelhantes. Dezenas de famílias encontram-se sob as constantes ameaças de latifundiários. Localizado à beira da rodovia Manaus-Porto Velho (BR319) e às margens de um afluente do rio Mamoré, o município é palco de constantes choques entre latifundiários e famílias de posseiros, algumas no local há quase 40 anos.

Assim como em Maués, os posseiros de Careiro são forçados a desenvolver a monocultura do guaraná e a entregar parte da produção, condição para que continuem fixados na área. Os métodos de coação dos latifundiários também variam muito pouco. As famílias de posseiros que se recusaram a aceitar as imposições foram expulsas da terra.

Em Careiro, as terras devolutas são do governo. Os posseiros que estão fixados nelas têm a legislação a seu favor, apesar de dificilmente serem-na cumprida. De acordo com o Estatuto

da Terra (art. 97, alínea II), quem ocupar por mais de um ano terras devolutas do governo terá prioridade na compra de uma área de dimensões do módulo rural (de 50 a 100 hectares) estabelecidos para a região. Aqueles que estiverem fixados à terra por mais de 10 anos terão o direito definitivo de posse.

Está previsto para o ano de 1976 que parte da área de Careiro será discriminada pelo INCRA como área prioritária para a implantação de processos de colonização e reforma agrária. Conforme o decreto-lei de 1º de abril de 1971, o INCRA VAI INTERVIR SOMENTE NA FAIXA DE 100 KM DE CADA LADO DA RODOVIA BR-319, Manaus-Porto Velho. Isso faz com que a grande parte das terras de Careiro ocupadas por posseiros escapem da jurisdição do INCRA.

DESCASOS DO INCRA

A intervenção do INCRA em áreas de conflito não representam, no entanto, muitas esperanças para os posseiros. Muitas vezes eles não são os reais beneficiados com a presença do órgão. Dessa forma, apesar de Careiro ter parte de seu território sob intervenção do INCRA — graças apenas à aplicação de um antigo decreto — não significa que os posseiros de Careiro, mais que em Maués, terão grandes possibilidades de conseguir seus direitos de posse legalizados. Aliás, toda a atuação do Instituto, quanto à própria proposta de reforma agrária, sempre mostram que dificilmente os trabalhadores rurais seriam os mais visados. Inclusive, desde que o Estatuto da Terra começou a vigorar, um enorme contingente de posseiros foram despejados de suas terras na própria aplicação da lei. O INCRA, por outro lado, tendo sob seu controle cerca de 2 milhões de km<sup>2</sup> de terras, que seriam retalhadas em parcelas de 100 hectares e destinadas ao assentamento de um mínimo de 100 mil famílias até 1975, até agora beneficiou apenas 10 mil famílias com os lotes. Com autorização do Senado, o INCRA, sempre alheio aos problemas do trabalhador sem terras, passou a vender trechos da Amazônia acima de 50 mil hectares, a grandes empresários. O órgão destinado à reforma agrária no País dava simplesmente continuidade à linha básica de ocupação da Amazônia, desde 1966 aberta apenas a altas transações com ricos empresários, inclusive estrangeiros. Razão pela qual os conflitos ligados à propriedade da terra, bem como questões da estrutura fundiária brasileira, continuam insolúveis.

A AULA DE HISTÓRIA QUE NÃO FOI DADA

**A** velha influência norte-americana no Brasil, assim como em toda América Latina, faz parte do processo de desenvolvimento capitalista no Ocidente. Essa "política de intervenções" ou "imperialismo", origina-se do processo de acumulação capitalista. A partir da Revolução Industrial (1750) o sistema econômico inglês evoluiu para o "capitalismo de concorrência", que se caracterizava pela dispersão dos capitais entre poucos capitalistas individuais, isto é, cada unidade de produção (fábricas, empresas de extração, etc.) era independente entre si. O Estado não intervinha diretamente na economia. Era o livre comércio, economia política da burguesia, onde as mercadorias não encontravam barreiras para circularem.

Os países retardatários — principalmente Alemanha e EUA — tentando superar o atraso, de certa forma fecharam suas economias. Estabeleceram barreiras alfandegárias protecionistas para isolarem o território nacional da concorrência mundial. Pretendiam antes desenvolver sua economia, suas indústrias, para, depois, partir para o livre comércio. Com essa política esses países não só igualaram como superaram o capitalismo inglês. O livre-câmbio tendia a manter a empresa individual e a produção independente, enquanto que, na Alemanha e EUA, as barreiras deram origem às sociedades anônimas, aos cartéis, aos monopólios e à intervenção do Estado na economia, unificando os capitais. As sociedades anônimas e os bancos, que assumiram papel decisivo no sistema, viriam suprir a escassez de capitais, concentrados em poucas mãos. O capital unificado, com maior poder, dá impulso à economia e desenvolve o país. Essa ínfima associação entre o capital bancário — reservas — e o capital industrial origina o "capitalismo financeiro".

O mercado mundial fica dividido em "espaços econômicos" (sem considerar as fronteiras dos países) ou em áreas econômicas individuais separadas pelas barreiras protecionistas. A evolução do capitalismo financeiro exige a ampliação desses espaços (para maiores lucros) o que se faz através da política colonial, de anexações, incluindo no mercado nacional partes do mercado mundial. Mas, o aumento das barreiras dificulta a exportação de mercadorias. Então, começam a ser implantadas no exterior fábricas, ou seja, o investimento direto do capital, sua exportação. Daí a política imperialista é um passo curto. Quando era apenas comércio, a existência de um poder estatal autônomo nos países importadores não representava riscos, mas agora, quando são transportados o capital e a produção, o comportamento dos países se modifica.

O capital leva consigo suas leis, criando, geralmente pela força, estruturas que compõem sua instalação e evolução. O atraso das normas jurídicas no país mais atrasado se torna uma barreira para o mais desenvolvido. Daí a necessidade do capitalismo de que, em países coloniais, se imponha um poder estatal forte que proteja seus interesses. Assim, a exportação de capitais atua, também, no sentido de uma política imperialista, quando a luta econômica transforma-se em luta pelo poder.

Nesse processo, a ascensão dos EUA no domínio do mundo se fazia em detrimento da Inglaterra, principalmente a partir do final da Primeira Guerra. No Brasil, em particular, esse conflito de interesses entre as duas potências teve seus primeiros germes no século XVIII.

**O BRASIL, COMO SEMPRE, UM JOÃO-BOBO...**

Já que a situação política dos países depende das relações econômicas dominantes, os governos brasileiros sempre mudaram ou permaneceram segundo os interesses do capital estrangeiro. Assim foi com Getúlio Vargas e todos que o sucederam, sem contar o período anterior, que seguia os parâmetros ditados pelo processo de substituição da dominação inglesa pela americana. A própria revolução de 30 contava com as simpatias e o apoio dos yanques. Vários de seus dirigentes tornaram-se diretores de empresas de Rockefeller, do grupo Mellon, da GM e outros. Mas, pode-se dizer que a infiltração definitiva nos EUA na administração do País se dá a partir da 2ª Guerra, quando foram derrotadas as tendências alemãs (trazidas pelo nazismo) no Brasil. Começou, então, a preparação de um a mentalidade anti-comunista entre os militares, introduzindo-se a concepção da inexistência de fronteiras patrióticas entre o que fossem interesses dos EUA e do Brasil. Nossos oficiais aceitavam, sem relutância a colocação de nossas matérias-primas e materiais estratégicos à disposição do parque industrial norte-americano. Quem se opusesse a isso era considerado comunista. O avanço dos interesses econômicos vai compondo o quadro político social do país, ou seja, os obstáculos à penetração americana vão desaparecendo. O caso Vargas é típico.

Embora tendo conquistado o poder embalado nas simpatias norte-americanas, cometeu deslizes, rebeldias, que demonstraram seu desacordo aos monopólios estrangeiros. Sua hostilidade a Rockefeller começou em 30. Cancelou as concessões outorgadas pelo governador do Amazonas, Efigênio Salles, às empresas para pesquisar petróleo. O território foi dividido em oito áreas estratégicas, distribuindo-as a três companhias todas subsidiárias da Standart Oil. Por outro lado a criação da Petrobrás representava um desafio ao cartel mundial. Sua deposição era inevitável.

O governo seguinte, do Gal. Dutra, abre as portas ao capital estrangeiro. Inicia-se os "avais" a empréstimos que os monopólios yanques realizavam no exterior para "aplicar" no Brasil. Em última análise, era o governo brasileiro tomando dinheiro no exterior e entregando aos trustes para que aplicassem aqui e levassem os lucros. A continuidade disso representa um dos aspectos mais característicos da dominação imperialista pois aos empréstimos para a Light seguiram-se os dos monopólios da indústria automobilística, os das empresas siderúrgicas apesar da concorrência com empresas estatais brasileiras como a Usina de Volta Redonda e a Fábrica Nacional de Motores. Os estrangeiros não trazem capitais para investir aqui; é o Brasil quem empresta aos monopólios, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, entidade estatal brasileira, quando deveria emprestar a brasileiros para que os lucros ficassem no país.

A Constituição de 46 não só conservou o feudal sistema de exploração da propriedade como abriu ainda mais as portas para a dominação imperialista. A partir de 1955, essa política

se torna mais agressiva com a compra de indústrias já existentes no Brasil. Só entre 1957 e 1959 mais de cem empresas se associaram ou se entregaram ao capital americano. Isso determinou o aparecimento dos diretores, advogados administrativos, "public-relation" de empresas estrangeiras, interessados na política de boa vizinhança com bancos e financistas norte-americanos. O imperialismo yanque teria seus defensores na UDN, no Brasil o partido da grande indústria e do capital financeiro.

**CORRIDA ATRÁS DE MATÉRIAS-PRIMAS**

Em 1948, a embaixada americana criou um cargo novo no Brasil: o agregado mineral (como o agregado militar). Pouco depois, a Bethlehem Steel recebia, de Dutra, jazidas de manganês (40 milhões de toneladas) no Amapá. Em 1952, por um acordo militar, o Brasil foi proibido de vender matérias primas de valor estratégico aos países socialistas. Essa foi uma das causas da queda de Vargas que em 53 e 54 vendeu ferro à Polônia e Checoslováquia a preços mais altos do que pagavam os EUA. Em 1957, a Hanna Mining Co. comprou a maioria das ações da empresa britânica Saint John Mining Co., que explorava ouro em Minas Gerais desde o Império. A empresa atuava no Vale de Paraopeba onde existe a maior concentração de ferro do mundo. Legalmente, elas não estavam habilitadas para esta exploração. O Eximbank (Banco oficial para o financiamento das operações de comércio exterior) negara empréstimo para a Saint John, já que um de seus diretores, George Humphrey, era diretor-presidente da Hanna. Começaram, então, as pressões sobre o Brasil para reconhecer à Hanna o direito da exploração. A Hanna tinha em sua diretoria e assessorias membros do governo brasileiro como Roberto Campos e Otá-

o dedo norte-americano no Brasil



vio Gouveia de Bulhões. Jânio Quadros, em 61, firmou uma resolução anulando as autorizações ilegais favoráveis à Cia. Hanna e restituiu as jazidas à reserva nacional. Quatro dias depois Quadros renunciou.

Em 1962, um ministro quis aplicar o decreto e o presidente Goulart recebeu do embaixador Lincoln Gordon um telegrama ameaçador. A 31 de março de 64 estala o golpe em Minas. A vice-presidência e três ministérios ficaram com a Hanna. Agora a exploração em Paraopeba era livre e as demais empresas americanas tinham portas abertas. Em 65, surge o consórcio Hanna-Bethlehem Steel para exploração do ferro brasileiro. Alianças do tipo são proibidas por lei, nos EUA. Pouco depois, a US Steel associou-se a Cia. Vale do Rio Doce para explorar o ferro da Serra dos Carajás na Amazônia. O Brasil, como sempre, alegava não ter recursos para explorar sozinho.

A grande necessidade de minerais estratégicos, imprescindível para manter o poderio militar e atômico dos EUA, está claramente vinculada à compra de terras na Amazônia. Apoiados em um acordo de 1964, aviões da Força Aérea americana sobrevoaram e fotografaram a região. Utilizando equipamentos especiais comprovaram a existência de ouro, prata, diamantes, gipsita, hematita, magnetita, tantânio, titânio, tório, urânio, quartzo, cobre, manganês, plomo, sulfatos, potássios, bauxita, circônio, cromo e mercúrio. As empresas particulares interessadas receberam os resultados: a extensão e profundidade das riquezas da área.

O governo, oferecerá exoneração de impostos para a colonização da Amazônia. "Devemos manter as portas bem abertas à inversão estrangeira — dizia o diretor da agência nacional para o desenvolvimento da Amazônia — pois necessitamos mais do que podemos obter". Uma investigação do Congresso Nacional constatou que os inúmeros casos de venda ou usurpação de terras "parece formar um cordão para isolar a Amazônia do resto do Brasil". O Ministério do Exército, em informe, diz do "interesse do governo americano em manter, sob seu controle, uma vasta região estratégica, seja para a exploração de minerais, seja como base de colonização dirigida". O Conselho de Segurança Nacional afirma: "Causa suspeita o fato de que as áreas ocupadas, ou em vias de ocupação por estrangeiros, coincidem com regiões que estejam submetidas a campanhas de esterilização de mulheres brasileiras por estrangeiros". "Mais de vinte missões religiosas estrangeiras, principalmente da Igreja protestante dos EUA, estão ocupando a Amazônia, localizando-se nos pontos mais ricos em minerais radiativos, ouro e diamantes...Empregam em grande escala a esterilização pelo método DIU (Dispositivo Intra Uterino) e ensinam inglês aos índios catequizados... Suas áreas estão cercadas por elementos armados e ninguém pode penetrar nela" (Correio da Manhã — 30/06/68-RJ).

Além do contrabando, as concessões tiram do Brasil suas mais fabulosas riquezas. A Niobium Co. de N. York é dona do Nióbio de Araxá (maior jazida do mundo). O nióbio é utilizado em reatores atômicos, foguetes, naves espaciais, satélites. A fabricação do mito "milagre brasileiro" por publicitários americanos e brasileiros corresponde à prática do imperialismo da burguesia no abafamento dos processos revolucionários das classes subjugadas. As agências publicitárias não se limitam mais, somente a transmitir a ideologia da sociedade de consumo, agora, elas junto com os departamentos de relações públicas das multinacionais, se colocam a serviço de uma causa política definida. A Kenyon and Eckardt promove a imagem do milagre brasileiro e a J.W. Thompson planeja no Brasil a imagem contrária do "perigoso e caótico" socialismo chileno da Unidade Popular de Salvador Allende.

**A AULA DE  
CONHECIMENTOS  
GERAIS  
QUE NÃO FOI DADA**

**A MISÉRIA  
NOSSA**

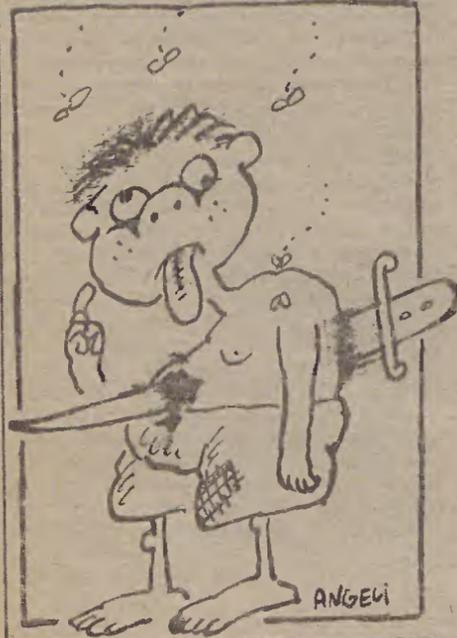
Nesta página levantamos algumas questões que, acreditamos, você não teve condições de aprender no cursinho. Ou mesmo no Colégio Por Sabermos que na Universidade, também não falarão nada disso, é que nos apressamos em dizer-lhe que:

— De acordo com o próprio Ministro da Fazenda, prof. Mário Henrique Simonsen, o censo de 1970 revelou uma "estrutura extremamente desigual de distribuição de renda". Um grau de concentração muito maior do que o existente há dez anos atrás. Segundo ele mesmo apontou, a participação dos 40% mais pobres na renda total da população remunerada e economicamente ativa caiu de 11,56% para 10,01%; a dos 40% seguintes, de 34,09% para 27,75%, enquanto a dos 20% mais ricos subiu de 54,35% para 62,24%; a dos 10% mais ricos, de 39,66% para 47,99%, a dos 5% mais ricos de 27,69% para 34,86% e a do centil mais próspero, de 12,11% para 14,57%.

— Esta concentração de renda tem como origem a contenção de salários, que estão abaixo do aumento do custo de vida.

— "esse elevado grau de concentração de renda distorce gravemente a estrutura da economia, na medida que alargou o mercado para os bens de consumo duráveis, um mercado de elite, fortalecendo as companhias estrangeiras, aqui predominantes, em detrimento da produção de bens de consumo não duráveis, de consumo popular, ainda com certa preponderância de firmas nacionais".

— "se por um lado a população trabalhadora de São Paulo consagiu certa melhoria de vida, representa por maiores gastos relativos com artigos e serviços que proporcionaram algum conforto doméstico e criaram perspectivas de bem-estar social, suas condições alimentares pioraram bastante, carecendo, sobretudo, de Cálcio, Vitamina-A, Tiamina, Riboflavina, Ácido Ascórbico ou Vitamina-C e Proteínas";



- a baixa renda familiar é responsável por todas as doenças provocadas pela carência de alimentação, tais como a gastrite e o sarampo, além de ser o principal fator que contribui para aumentar o índice de mortalidade infantil.
- até 1973, em São Paulo, morriam 93 crianças de cada mil nascidas;
- No Nordeste, de cada mil crianças nascidas, 180 morrem antes de um ano.
- No município de São Paulo, entre cem alunos que abandonavam o curso, (ciclo básico) faltavam às aulas ou repetiam o ano, setenta o faziam por motivo de saúde;



- 70% dos estudantes de São Paulo moram em casas que não têm esgotos nem água encanada;
- metade da população urbana de São Paulo bebe água de poço, de condições duvidosas;
- 70% da área metropolitana de São Paulo não possui esgotos;
- 89% dos estudantes de São Paulo, carregam parasitas intestinais;
- A incidência de tuberculose no Nordeste, deverá atingir, até 1980, 19 milhões de pessoas;
- 12 milhões de crianças no país estão desnutridas;
- 38,5% padecem de desnutrição calórica (desses 12 milhões);
- 46,7% das famílias não têm rendimento mínimo necessário à sua manutenção;
- 40% dos domicílios não possuem instalações sanitárias;
- entre 1963 e 1972 devido à insuficiência alimentar, precariedade de condições higiênicas, excesso de trabalho e dificuldades psicológicas, 39.700 dos brasileiros morreram em consequência da tuberculose.
- no mesmo período, morreram 15.700 pessoas em consequência de sarampo.
- 9.200 pessoas morreram em consequência da malária;
- 10.000 pessoas morreram de tétano;

- Até 1971, havia no Brasil 126.210 leprosos, dos quais 45.780 sem qualquer assistência médica;
- De acordo com previsões, 520.000 pessoas são atingidas pelo câncer, no Brasil;
- dos quais 3.949 municípios brasileiros, 2.332 não dispõem de sistema de distribuição de água e 1.029 não possuem esgotos;



— De acordo com as estatísticas do IBGE existe no Brasil 3.830 hospitais, dos quais 3.240 são particulares, 1.708 têm fins lucrativos e apenas 584 pertencem ao Estado;

— O censo de 1970 apontou a existência de 46.052 médicos apenas, quando o Brasil precisaria de 72.552, considerando-se que são necessários oito profissionais para cada grupo de 10.000 pessoas;

— Dos 46.052 brasileiros, 27.883 atuam nas capitais e em quase 4.000 municípios, somente 1.200 contavam com a assistência direta de um profissional da Medicina;

— enquanto 90% da população brasileira não tem condições de custear sua própria saúde, o Estado brasileiro (Governos federal, estaduais e municipais) investe milhões de cruzeiros em rodovias nas selvas, viadutos, pontes, e outras obras de infraestrutura, que visam a facilitar o crescimento da indústria automobilística ou as operações de companhias internacionais instaladas no país.

— "a acumulação de riqueza num pólo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravidão, de ignorância, de brutalização e de degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe (trabalhadora) cujo produto vira capital".

(Extraído de BANDEIRA, Muniz. Cartéis e Desnacionalização. Rio de Janeiro, 1975. Ed. Civilização Brasileira).



**O QUE HÁ DE NOVO NO ANO NOVO**

**"Brasileiros", dirão as autoridades, iniciando sua mensagem à nação, no Ano Novo. Como de hábito, desejarão paz, concórdia e bem estar ao povo brasileiro, conclamando a uma participação decidida na resolução dos problemas nacionais. Empresas, Bancos, Indústrias, Casas Comerciais, etc., além de milhares de cartões também repetirão: Feliz Ano Novo.**

**Em que situação nos dizem estas palavras? De saída, enxergamos uma dificuldade cada vez maior para se ter acesso às escolas. Livros e fardas caras, vestibular, extinção de residências e restaurantes estudantis. E para agravar são desviadas as verbas da educação e saúde em benefício das Forças Armadas.**

**Contra quem guerreia o país? Mas nem só isso enxergamos. No bolso de trabalhador tem cada vez menos dinheiro. Feijão, farinha e carne é luxo na mesa de quem ganha salário mínimo. A terra que quase nunca foi de quem a lavra é cada dia mais disputada.**

**Quem consegue plantar sua roça, sua tapera, é expulso: grileiros, polícia e latifundiários. As riquezas do país já não são nossas e a dívida ao estrangeiro já chega a 21,6 bilhões de dólares.**

**Nos chamam a uma participação na vida do país. E como nos recebem? Se os estudantes lutam contra o jubramento, se falam os intelectuais, ou os trabalhadores se organizam, são todos reprimidos. Patriotas são humilhados, presos, torturados e mortos. A justificativa é a segurança nacional. AI-5, 477, lei de imprensa legitimam as arbitrariedades.**

**Portanto, uma coisa é certa: a paz, a concórdia e o bem estar que nos desejam não têm nenhuma base real: Pisam na cabeça do povo e nos rins da Pátria. É preciso um canto de protesto e raiva".**

**E temos cantado. Na Bahia, os estudantes em greve deram um BASTA ao jubramento. Em São Paulo, estudantes, jornalistas e clero desenvolvem intensa campanha em defesa dos Direitos Humanos que teve como desfecho o culto ecumênico em memória de V. Herzog. Cresce a luta do povo brasileiro pelos seus mínimos direitos.**

**Nossa atitude não tem sido mesmo a de esperar, já que isto assume um caráter de um "faz de conta", e vamos continuar lutando contra a elitização do ensino, por uma Universidade que realmente prepare os profissionais que o país necessita-uma Universidade livre.**

**Por isto, neste final de ano, desejamos a todos uma paz, concórdia, e bem estar que nada têm a ver com a "felicidade oficial". Pelo contrário, só surgirão construídos pelas mãos de todos nós. Somente através da luta pela anistia aos presos e exilados políticos, extinção de todos os atos e leis de exceção, e ampla participação popular na decisão dos destinos nacionais construiremos um "futuro rico, livre, justo — libertado".**

**CONSELHO DE REPRESENTANTES ESTUDANTIS DA UFBA.**



# EDUCAÇÃO: QUEM PEGA ESSE TREM?

**E**m 1974, do total de 15 milhões de crianças existentes no país, somente 570 mil receberam atendimento pré-escolar em estabelecimentos Federais e Municipais (19,8%), Estaduais (35,4%) e Particulares (44,8%). O fato de só uma pequena parcela da população nessa faixa etária receber ensino adequado, revela a inoperância governamental nesse setor, para o qual a Lei 5.692/71 (Diretrizes e Bases) fez somente a seguinte referência: "Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a 7 anos recebam convenientes educação em escolas maternas, jardins da infância e instituições equivalentes" Art. 19§2. Esse artigo, entretanto, não inclui o ensino pré-escolar no 1º ciclo, como obrigatório e gratuito e, portanto, com verbas a ele destinadas. O outro fato, de quase 50% do ensino pré-escolar se encontrar nas mãos de particulares, acusa a elitização do ensino já nesse nível.

O ensino pré-escolar tem grande importância na medida que visa desenvolver a sociabilidade infantil e iniciá-la no preparo para ser alfabetizada. Através de experiências concretas a criança aprenderá a conviver em grupos, a se comportar numa sala de aula, desenvolver sua verbalização (fundamental no processo educativo), além de ser iniciada no raciocínio lógico. Muitos desses estímulos uma criança normal de classe média recebe no seu próprio meio. Mas a maioria das crianças se encontra nas camadas sociais de baixo nível de renda, onde a sub-alimentação é uma constante. Muitas delas não sobreviverão, por esse motivo (a desnutrição é responsável por metade da mortalidade infantil) e sua consequência imediata: um organismo incapaz de reagir às doenças infecto-contagiosas que assolam seu meio carente de saneamento básico. Quando sobrevivem, terão seu desenvolvimento deficiente em todos os sentidos, devido também à sub-alimentação. Seu peso e crescimento estarão abaixo do normal; sua percepção será falha e sua capacidade mental estará afetada de maneira irreversível. Esses fatos serão agravados ainda pela falta de estímulos existente no seu meio, culturalmente carente, resultando num desenvolvimento psicológico e social sempre atrasados. O baixo nível de renda já será suficiente para afastar a possibilidade da maioria dessas crianças ingressarem numa escola. Aquelas que conseguem, enfrentarão problemas decorrentes de todo esse contexto social que serão os responsáveis diretos e indiretos pela grande evasão ocorrente já nas primeiras séries do 1º Grau.

## 1º GRAU

O número insuficiente de escolas para atender à população em idade escolar não é o único nem o principal entrave para a efetivação da "gratuidade e obrigatoriedade" do ensino de 1º Grau ditadas pela legislação. As altas taxas de evasão na 1ª série (em São Paulo, segundo estatísticas recentes, entre 40% e 70%) tem como causa principal as condições deficitárias em que a criança chega à Escola. Essas deficiências são decorrentes da sub-alimentação e do meio cultural carente em que a maioria das crianças vivem, em consequência do baixo nível de renda de suas famílias. Os danos causados pela desnutrição são irreversíveis e somados à falta de estímulos do seu meio social, lhes impedirão de assimilar o conteúdo oferecido durante o ano esco-

lar e de responder às exigências do processo de aprendizagem. Assim, o domínio da verbalização, fundamental para o desenvolvimento intelectual, estará tão falho que impedirá a comunicação satisfatória com o professor nesse nível. O controle motor e outros reflexos, também deficientes, impedirão que a criança carente evolua da mesma forma que uma criança normal. A evasão não se limita à 1ª série. Continua nas posteriores e daquelas que conseguiram se matricular em uma escola, vencendo uma "seleção natural", poucas alcançarão níveis mais avançados do ensino. Abandonarão a escola durante o ano letivo e nas passagens de uma série para outra, quando ocorrem as repetências. Para isso concorrem fatores da mesma origem: a compra de material (cadernos, livros, uniforme) é inacessível para a família de baixo nível de renda e apontada por professores como de grande peso no número de afastamentos. Além disso, o currículo e métodos de ensino (já passíveis de críticas pela má qualidade das escolas e seu pessoal com formação sempre insatisfatória), não despertam a motivação da criança e dos adolescentes carentes, que enfrentam uma realidade cotidiana marcada por uma luta pela sobrevivência. Muitos são obrigados a deixar a escola em busca de atividades rentáveis para aumentar os ganhos da família. Esse processo de filtragem vai eliminando os menos capazes do sistema educacional; e os que persistem, em busca de uma ascensão social através da escola, enfrentarão ainda outros entraves, provenientes da filosofia educacional vigente, qual seja da qualificação para o trabalho.

As medidas de exceção ditadas pelo Conselho Federal de Educação alteram de maneira fundamental, na prática, o que fixa a Lei 5.692/71 para o ensino de 1º e 2º graus os estabelecimentos terão em seus currículos disciplinas e atividades gerais e diversificadas, com a finalidade de se alcançar por um lado "uma educação geral" e por outro "uma formação especial". A educação geral, visando uma preparação teórica do aluno, nos moldes das matérias exigidas no vestibular, por exemplo. A formação especial, visando já a profissionalização. A primeira medida de exceção está no Art. 9 e diz o seguinte: "os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos Conselhos de Educação". Mas não aponta o critério a ser adotado para se localizar esses superdotados. As escolas bem pagas, onde se encontram filhos de pais com poder aquisitivo suficiente para tanto, estarão sempre com um grande número deles, mercedores de uma educação voltada para as matérias teóricas... Outra medida de exceção ditada pelo CFE, antecipa, na prática, a faixa etária adequada à profissionalização nos seguintes casos: sempre que o nível de ensino gratuito não alcance a 8ª Série e quando se faça necessária para se adequar às "condições individuais, inclinação e idade dos alunos". O número de estabelecimentos sem recursos para oferecer curso gratuito até a 8ª Série é bastante elevado e a condição econômica da grande maioria dos alunos "permite" a introdução da iniciação e qualificação profissional como adequadas às suas "necessidades individuais". Autores dos estudos feitos antes da promulgação da Lei, assim justificaram essas medidas: "para o tipo de aluno dos meios pobres, amadurecido precocemente pelas dificuldades da vida, a iniciação antecipada numa atividade produtiva será mal menor, decerto, que um acréscimo de estudos gerais, cuja função se perderá e cuja utilidade ele não pode perceber".

## O SEGUNDO CICLO

A última grande alteração no ensino secundário deu-se com a lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971. A nova lei de Diretrizes e Bases para o ensino de primeiro e segundo graus trazia como grande novidade a transformação do ensino secundário, antes voltado para uma formação beltrista, de caráter mais genérico, num ensino profissionalizante que teria como função dar ao estudante que concluisse essa etapa, novas opções que não o já super-solicitado ensino superior.

Para entendermos o que acontece hoje teremos que voltar um pouco na História, até 1964 mais precisamente. Naquele ano, as Forças Armadas, atendendo aos interesses da classe dominante e com o amplo apoio das classes médias urbanas, instaurou um novo esquema de poder no país. A recompensa explícita para essa classe média que depende da educação de nível superior para ascender socialmente, foi o aumento de vagas na Universidade. Paralelamente, a política econômica desenvolvida pelo novo regime dificultou cada vez mais a expansão e abertura de pequenos negócios o mecanismo de ascensão da velha classe média por meio de constituição, investimento e reprodução do capital. Os caminhos para a classe dominante passavam agora, mais do que nunca, pelas portas das grandes burocracias públicas e privadas, cujo "Abrete, Sésamo" era o diploma superior. Assim, se a política educacional do regime a partir de 1964, aumentando as vagas das universidades, beneficiou as camadas médias, sua política econômica fez com que a necessidade do diploma crescesse ainda mais. Considerando o período que vai de 1964 a 1969, constatamos que o número de vagas dobrou e o número de excedentes quadruplicou.

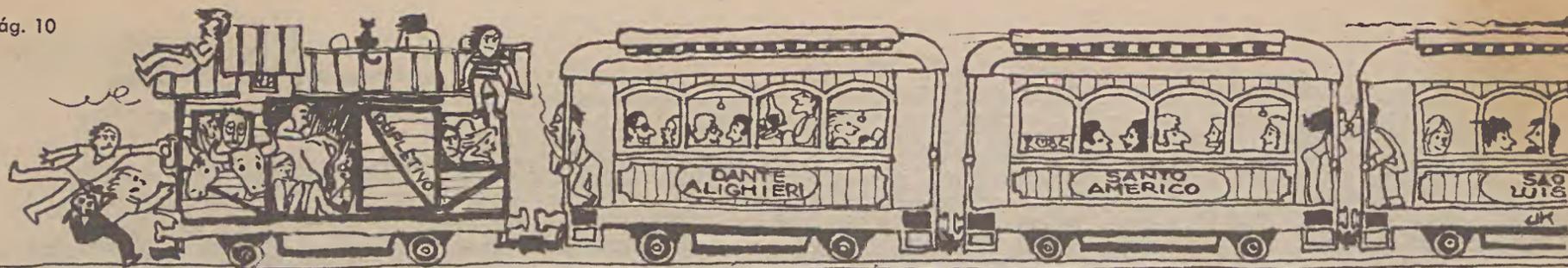
Em 1968, debaixo de intensa atividade política dos estudantes, o MEC constituiu um grupo de trabalho para elaborar, a curto prazo (30 dias) um projeto de lei de reforma universitária. Entre apreciações relativas ao ensino superior o relatório do grupo recomendou a reforma do ensino médio como medida indispensável ao crescimento "ordenado" do ensino superior. Ele deveria ser profissionalizante, formador de técnicos de nível médio, passando a desviar para o mercado de trabalho um grande número de candidatos potenciais dos cursos superiores.

De imediato, surgem duas perguntas—existe mercado de trabalho capaz de absorver esse contingente de técnicos de nível médio que será formado pelo ensino médio? A classe média aceitará renunciar ao seu principal canal de ascensão social?

Na verdade não são conhecidos indicadores precisos da demanda de técnicos de nível médio. O próprio Cel. Jarbas Passarinho, Ministro da Educação na época da criação da lei nº 5.692, inquirido a respeito da absorção de técnicos de nível médio pelo mercado brasileiro confessou candidamente — "De fato, estamos jogando um pouco no escuro..." Especulações ministeriais à parte, estudos do próprio governo para a criação do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social 1967-1976 conclui: (...) o sistema brasileiro de ensino técnico industrial já está muito acima dos quantitativos mínimos desejáveis". Outro estudo, este realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da USP em 1972, chegou à seguinte conclusão — "Os ramos mais dinâmicos da indústria não comportam mais profissionais de nível técnico, e as demandas que ainda existem são infinitamente inferiores ao que se previa e não justificam a massificação do ensino médio".

Quanto às classes médias, arrumou-se um paliativo. Para a parcela de renda mais alta, que pode pagar um colégio particular e, assim, influir de modo direto sobre a orientação do currículo (o freguês sempre tem razão), foram criados cursos profissionais de acordo com os cursos superiores. Assim, num curso de técnico em turismo ensinar-se-ia história, geografia e línguas estrangeiras; o curso técnico em ecologia ensinaria química, biologia, etc; o curso de técnico de auxiliar de redação (existe) ensinaria literatura, gramática e assim por diante. De uma maneira disfarçada, os conhecimentos exigidos no vestibular continuariam a ser fornecidos a essa clientela, formada na sua totalidade por pretendentes à universidade. Para a parcela de renda mais baixa estão reservados os colégios da rede pública. Famosas pelas suas deficiências crônicas, carência de recursos, essas escolas estarão impedidas pela sua própria natureza de preparar seu alunos para o vestibular, como suas irmãs mais ricas. O ingresso na universidade fica reservado àquelas que se dispuserem a pagar um cursinho.

Acelera-se desse modo, a elitização na universidade brasileira.



# SUPLLETIVO

**E** stava passando em Santos, no verão de 1974, quando vi uma placa enorme em frente a uma casa, perto da Ponte Pênsil: *ginásio em dois anos e colegial em um ano e meio*. Achei que era algum golpe, ou então, um curso pirata. Talvez até mesmo tivesse dito: "Só faltava essa..." Afinal, tinha acabado de ultrapassar a terrível experiência do vestibular, e tinha ainda claro em mim 11 anos de escolarização sem mancha. Mas as letras garrafais, em vermelho, anunciavam: CURSO LEGALIZADO, etc. O simples fato de ter frequentado 7 anos de ginásio e colégio foi o bastante para imaginar com isso poderia ser reduzido a três anos e meio, sem nenhuma mágica... Lembrava que nesses tempos, ninguém na classe podia "deter o tempo" discutindo alguma coisa considerada "sem proveito", ou mesmo lançar alguma piadinha besta, que o professor choramingava na nossa frente, mostrando o calhamaço de matérias que teria de cumprir até o final do ano. E se em longos 7 anos, tudo ainda vinha "digerido", pronto para ser apenas copiado por nossos punhos velozes, a curiosidade me invadiu a respeito do novo curso... ou melhor, da nova "proeza". Cheirava mais a um outro método de embotamento de inteligências, desta vez pela metade do tempo... Poucos dias depois tive confirmada a notícia: regulamentava-se o Ensino Supletivo através de novos cursos com avaliação de frequência.

O Ensino Supletivo, em si, já havia sido criado em agosto de 1971, pela Lei de Diretrizes e Bases (ou Lei nº 5692, Art. 24, cap. IV) destinado aos maiores de 18 e 21 anos, para o 1º e 2º grau respectivamente, e que complementava a proibição de alunos maiores de 20 anos de frequentarem cursos regulares de 2º grau. A alínea "a" desse artigo diz que o supletivo terá por finalidade: "suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído em idade própria". O Ensino Supletivo foi criado juntamente com toda a Reforma de ensino que implantava o 1º e 2º grau, além de outras modificações de peso. Mas a regulamentação para esses cursinhos regulares na metade do tempo, só se efetivou em 1974. Colégios particulares, principalmente, entraram nessa corrida-do-ouro; a procura pelos cursos foi grande. As pessoas que normalmente vinham tentando exames supletivos, ou madureza, através de eliminação pura e simples por disciplina aprovada, viram diante de si mais uma oportunidade; uma oportunidade segura, de certo modo, para aqueles que pudessem depender de frequência. A esse respeito diz Raquel, uma garota de 21 anos, formada no "ginásio" por um dos colégios que atualmente ministram esses cursos: "A vantagem do Curso Supletivo é a garantia, a segurança que em dois anos você faz o seu ginásio, sem precisar de exames, onde se vai eliminando matérias aos poucos, às vezes gastando mais tempo e mais dinheiro. Os cursinhos preparatórios de madureza, que eu fiz muito antes de entrar nesse curso, eram muito mais difíceis que o supletivo. Depois do cursinho, vinha a fase de inscrição — e aquela competição dos exames. Eu tentei muito tempo e só consegui eliminar português e moral e cívica. E com esse cursinho, é só pagar em dia, que os caras não ligam nem mesmo pra frequência. Todo mundo passa. A gente chegou a ver todos os diplomas prontos na secretaria, esperando só o último pagamento... E eu fiz o ginásio em dois anos, na moleza, sem estudar quase nada.

Uma pergunta fica no ar: o que estaria de errado com os exames tipo "madureza", ou seja, de eliminação por disciplina? Podemos apenas inferir que esses exames não estavam suprindo as necessidades educacionais do governo seus objetivos. Senão, para que criar mais uma opção de estudo? Já sabemos que uma justificativa para os exames de madureza era o fato de muitas pessoas não terem lugar na rede oficial de ensino. Não estaria sendo suficiente para atender a procura? Em parte, temos uma explicação no trecho do seguinte artigo, publicado pelo ESTADO DE SÃO PAULO: "O exame de madureza apenas apura, numa circunstância especial, se o candidato sabe ou não certas coisas. Mostra se está mais ou menos informado, sem curar de sua formação; fornece um diagnóstico sobre sua instrução mas é completamente mudo quanto à sua educação. Num país que se preocupa com o destino da sua juventude — o que equivale a dizer, que se preocupe com seu próprio futuro — a extensão de tais exames, concebidos como normais, seria um absurdo completo." (1) Ou seja, o jornal defende a formação de "caráter" que um ensino formativo cumpriria. Os estudantes que prestassem somente exames e fossem adiante, estariam desgarrados de outro bando bastante conhecido, que entoa hinos à pátria quase que diariamente, além das lições de heroísmo, civildade e outros valores que tão bem se engole nos cursos regulares, afim de vomitar pela vida afora. É claro que esse ponto não é o centro dessa abordagem; cumpre o papel de mais uma indagação. Os exames supletivos ou de madureza continuam a existir; em novembro do ano passado, em todo o Estado de São Paulo, inscreveram-se 107.978 candidatas que

## OS remendos do sistema

optaram livremente pelas disciplinas que integram cada grau, ou seja, tentaram mais uma vez a eliminação de algumas matérias. O que se deduz, é que todos esses cursos, quer sejam na metade do tempo ou por meio de exames eliminatórios, constituem meios eficazes de certa doutrinação moral e cívica... Na medida em que não há tempo para questionamento, discussão ou criação, pela própria filosofia e caráter desses cursos e exames, os alunos, com raras exceções, serão a críticos do sistema, no melhor dos casos.

### A serviço do "desenvolvimento"

Além dessa "reprodução de ideologia" que um curso assim pode conseguir a serviço do governo, de modo didático e direto (aulas), temos uma questão mais nítida ainda, que, como veremos, indiretamente também serve à essa ideologia: a *profissionalização do ensino médio*. Quando se sabe que o governo, em seus esforços rumo ao "desenvolvimento" econômico necessita cada vez mais de técnicos de nível médio, que sirvam imediatamente a seus objetivos de elevação do PNB, a facilidade e rapidez desse acesso escolar através do supletivo não nos parece estranha (2) Em artigo sobre a Lei de Diretrizes e Bases, o jornal carioca DIÁRIO DE NOTÍCIAS desenvolve o seguinte pensamento: "Aqueles que, na idade própria, não tenham concluído a escolarização regular do primeiro ou do segundo grau se destinará o ensino supletivo, que abrangerá desde as técnicas básicas de ler, escrever e contar, até treinamento ou aperfeiçoamento para determinadas ocupações, sempre tendo em mira o mercado de trabalho do País." (3) E é ainda como justificou claramente esses propósitos o então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, em seu discurso para a abertura de um Congresso de Educação, em Lima, em fevereiro de 1971: "Os economistas já admitem pacificamente que o crescimento da riqueza depende mais da educação e qualificação da mão-de-obra que da acumulação de estoque físico de capital. Educação é, pois, não uma despesa de consumo, mas um admirável investimento de capital." (4) Somente esses dois exemplos, embora tenhamos muito mais, bastam para confirmar a intenção do governo na rápida formação de técnicos de nível médio, a curto prazo, para o Brasil. E os cursos supletivos parecem, pelo menos teoricamente, atender a esses objetivos. O aluno, por lei, tem acesso a cursos intensivos de qualificação profissional, após terminar o curso — e isso é uma opção pessoal. Dizem os teóricos do governo que há mais de 120 habilitações profissionais à escolha, desde eletricitista e serralheiro a "cicerone" de turistas.

### Ninguém estuda por estudar

Desse modo, quando não se formam em técnicos, os alunos geralmente abandonam a escola depois que terminam o colegial supletivo. A esse respeito, disse uma aluna entrevistada: "O pessoal da minha classe tem dificuldade no estudo, tem gente que não estudava já fazia dez anos... Eles precisam praticamente é do diploma mesmo; não estudam por estudar. Só voltaram pra escola porque hoje em dia, ninguém consegue nada sem diploma... A maioria do pessoal que eu transei na classe, acha que o diploma vai melhorar a condição do emprego deles, ou mesmo pra arru-

mar emprego melhor. Prá faculdade, pouca gente vai; já foi tão duro chegar até ali — eles geralmente trabalham o dia todo — não dá pra entrar numa luta tipo vestibular. Fora a falta de base, que um curso ruim como esse dá. Imagina se dá pra competir nas mesmas condições." Indagada sobre o tipo de pessoas, a classe social a que pertencem seus colegas, ela respondeu: "É um pessoal bem simples. Tem gente que é recepcionista, datilógrafa, balconista, comerciante, vendedor. Esse pessoal é a maioria. Agora, tem também alguns filhinhos-de-papai, mas são poucos. E tem gente como eu (classe média) que táva afim de voltar a estudar, entrar na faculdade. Mas é bem pouco".

As próprias contradições do sistema incitam a encarar o estudo como um dado quase que desnecessário, ante a profissão; assim como a capacidade de criticar, de criar, de fazer ciência e portanto atuar e transformar, são reduzidos ao proveito de uma "elite de gênios". É clara também a intenção do governo de que os cursos profissionalizantes absorvam os alunos, desviando-os assim do objetivo da Universidade, desanimando-os no prosseguimento dos estudos. "Nada de críticas ao Modelo. Não queremos transformações. Apenas executem, a nosso serviço. Ou sejam mediocres, que isso é bastante sadio", parece dizer o governo. E sádios também parecem ser os números, as estatísticas de escolarização, para lustro do país no exterior, ou mesmo diante da UNESCO. Cremos que a função técnica, em si, nada tem de errado — tudo depende de que tipo de sistema ela serve, assim como o profissional universitário.

### Ao operário interessa o feijão com arroz, a casa, a roupa

Um aluno do Colégio Piratininga, na Av. Angélica, que faz o colegial supletivo, nos disse: "Não vão falar mal do supletivo, hein... ele veio quebrar um galho pro pessoal que nunca mais teve chance de estudar, porque era pobre e teve que trabalhar para a família. Agora eles têm oportunidade." Quando ele disse isso, conversamos muito sobre a "falsa utilidade" do supletivo, um modo errado de encarar o problema muito comum. Trata-se de vê-lo como um paliativo, no melhor dos casos, um paliativo bastante pessoal, um remendo. Se todo mundo tivesse acesso ao estudo desde pequeno, de um modo justo e a que todos têm direito, implicando o mesmo numa revolução econômica, não sobraria ninguém pra fazer os madurezas e supletivos da vida! Essas coisas são socialmente determinadas; a incapacidade para o estudo não é uma questão de falta pessoal; quem já nasce desigual em termos financeiros, não se alimenta de um modo que possa começar nas mesmas condições de um rico; mais tarde precisa escolher entre trabalho e estudo, como se fossem coisas naturalmente antagônicas e não complementares, que se enriquecem mutuamente. E ainda é preciso pensar que a parcela que consegue cursar o supletivo é muito baixa (5). É importante notar que raramente um operário faz supletivo. Geralmente ele não consegue nem se alfabetizar. Mesmo assim, seu interesse não é pelo diploma do ginásio ou do colégio, não é a faculdade, nem subir na vida concretamente. A ele interessa mais a especialização dentro do seu ramo, pra poder ganhar mais, e conseqüentemente, comer melhor. Interessa o feijão com arroz, a casa, a roupa. Necessidades básicas que ele não tem, e que a classe média já conseguiu; por isso, ela já almeja um certo "status" de ser doutor em qualquer coisa. Supletivo no Brasil, só pode ser uma das provas mais evidentes de um sistema educacional totalmente furado. Seria correto dizer que é uma tentativa "certa" dentro deste sistema econômico — são as possibilidades que ele próprio criou — mais importante é saber se este sistema que está certo.

(1) O ESTADO DE SÃO PAULO, 9/8/70

(2) Pelo menos teoricamente, podemos pensar nessas intenções. Na realidade, o alto índice de reprovação (90%) dos exames de novembro último, comprova um cálculo evidente: o ensino deficiente elimina o excedente de estudantes cujas oportunidades profissionais ou de estudo o próprio governo criou. E tudo fica no nível da incapacidade pessoal: eles deram as oportunidades — os alunos é que não são capazes!

(3) DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 6/8/70. (Os grifos são nossos)

(4) Revista EBSA. Ed. do Brasil, SP, fevereiro de 1971, nº 275, p. 35 (Grifos nossos)

(5) São considerados atendidos pelo ensino supletivo do Estado de São Paulo apenas 477 mil alunos. São Paulo tem quase 2,2 milhões de analfabetos em sua população de maiores de 15 anos: Dados de 1972)





**D**ezenas de milhares de estudantes degladiam-se todos os anos por um lugar em algum curso de nível superior. Uma massa de candidatos aos vestibulares — jovens de dezessete a vinte e poucos anos — dirige-se na sua quase totalidade para os cursinhos, transformados há algum tempo em poderosas empresas de educação. Sabe-se que, do imenso contingente de matriculados para os exames vestibulares, a grande maioria ficará fora das universidades. Alguns poucos privilegiados ocuparão as vagas de duas ou três caras faculdades particulares, que, devido ao preço de suas anuidades, nem todos se atreveram a matricular-se nelas para os exames. Outros poucos conseguiram ingressar nas minguadas vagas do ensino público superior, e o restante dos aprovados vai, com certeza, refugiar-se em pequenas faculdades particulares, muitas delas perdidas pelo interior dos estados e sem o mínimo de condições de funcionamento.

### Quem Ganha Essa Corrida

Embora todos os cursinhos garantam que por uma gorda mensalidade colocam qualquer candidato na melhor faculdade do país, na realidade fatores como situação econômica, qualidade do ensino desde o primário e até boa nutrição estão muito mais em jogo do que qualquer recurso técnico que um preparatório para vestibulares possa oferecer.

O sistema de vestibulares representa mais uma das muitas aberrações do nosso ensino, sendo a questão do ingresso do estudante na universidade, talvez, o aspecto que demonstre mais claramente a seleção de ordem econômica efetuada através do sistema de ensino do país. Embora transformados em focos de atenção, os vestibulares fazem parte apenas de um processo global, onde somente aqueles que possuem uma situação econômica bastante privilegiada podem ter acesso ao ensino.

Apesar de ser muito difícil dizer ao vestibulando que ele é um privilegiado — dada as péssimas condições de ensino que enfrenta —, aqueles que estão disputando uma vaga em qualquer faculdade do país fazem parte de uma pequena minoria que conseguiu completar o 2º grau com vistas à universidade. O vestibular representa mais uma etapa do processo de seleção que essa minoria vai ter que transpor. Desde o primário as condições da educação variam dependendo de quanto se pode pagar por ela. Ao candidatar-se para um curso superior as exigências continuam as mesmas: necessita-se dos cursinhos para solucionar as charadas do vestibular; e paga-se por ele. Isso torna apenas uma elite beneficiária do ensino no país.

Com relação àqueles que conseguirem ingressar numa faculdade, não é difícil constatar que são estudantes que, além de terem frequentado um chamado "bom" cursinho, são provenientes das classes alta e média. Quem não tiver condições de pagar um preparatório para vestibulares, ou for obrigado a cursá-lo à noite para trabalhar durante o dia, possui pouquíssimas chances de vencer a barreira do vestibular. Segundo dados da CESGRANRIO (fundação encarregada dos vestibulares do Estado do Rio) o candidato que tiver entre 17 a 19 anos, que estudar de dia e possuir pai de escolarização de nível superior e renda familiar acima de 5 mil cruzeiros mensais, possui 72% de chances de ingressar numa faculdade. Porém, para aqueles que tiverem pai de escolarização primária e renda abaixo de 2 salários mínimos, possuírem mais de 19 anos, e estudarem à noite, a probabilidade de passar no vestibular é de apenas 27%. O vestibular é um grande filtro, por onde passam somente aqueles que possuem condições de aplicar uma enorme quantia na formação escolar.

### Educação: Um Grande Investimento

Todos os anos as salas dos cursinhos encontram-se repletas de jovens. Essa multidão de alunos vai tentar de todas as formas ingressar numa universidade. Como não haverá lugar para todos, muitos terão ainda mais outro longo ano de cursinho pela frente.

As razões que fazem esses estudantes participarem dessa corrida podem ser muitas; entretanto o diploma tem representado, de modo geral, uma das únicas formas que a chamada classe média encontra para ascender socialmente. E, sem dúvida, quem ocupa as cadeiras dos cursinhos são, na maioria, estudantes dessa mesma classe média, muitos deles dispostos tão somente a conquistar um diploma que lhes renderá uma pequena fortuna todos os meses. Talvez isso possa esclarecer em parte, porque o país tenha se transformado num "estranho país de médicos e engenheiros". As vagas desses cursos são as mais disputadas. Somente nos últimos vestibulares da faculdade da Santa Casa, uma das mais caras faculdades de medicina de São Paulo, existiram 8.200 candidatos para 100 vagas.

Dentro dessa perspectiva do diploma como um rendoso investimento, alimentada inclusive por maciça propaganda, a cobrança das anuidades das faculdades e as mensalidades dos cursinhos passaram a variar de acordo com a rentabilidade da profissão. Tudo foi transformado num enorme negócio: paga-se mais por um diploma que pode render mais.

Porém, muito mais que para o estudante, a educação passou a ser um verdadeiro investimento para a iniciativa privada. Em pouco tempo as empresas particulares assumiram praticamente o controle da educação. Com a multiplicação do número de candidatos ao nível superior e com o ensino público incapacitado de acolher a quantidade cada vez maior de estudantes, a educação abriu suas portas para a penetração das empresas privadas também na educação universitária. As faculdades particulares proliferando e os vestibulares sob controle dos cursinhos, delineavam as condições a que havia chegado a educação no país. O ensino em todos os níveis tornou-se pago, faltando apenas que isso ocorra nas universidades públicas.

difícil de ser exatamente determinado, é enorme. Os cursinhos preparatórios funcionam com uma bem montada infra-estrutura, com computadores e gráficas ao seu dispor e um grande número de professores, fazendo com que possam fornecer vagas para uma enorme massa de vestibulandos. Os cursinhos, transformados em poderosas empresas, atuam voltados simplesmente para os altos lucros que podem obter, colocando os alunos em condições de aula totalmente insuportáveis: classes com mais de 300 alunos, aula através de microfones — totalmente desprovidas de outra função que não seja a de solucionar os testes pedidos pelos exames vestibulares.

Desde o início os cursinhos representaram uma das grandes distorções do sistema educacional brasileiro. Os preparatórios para vestibulares no começo funcionavam com uma solução imediatista para a questão das deficiências do ensino, principalmente do 2º grau. O cursinho era tido como um dispositivo que visava suprir as deficiências do ensino médio, propondo-se a preparar o aluno para as necessidades do ensino superior. O aumento do número de candidatos, o fortalecimento dos cursinhos como empresas e a própria agudização das falhas do sistema do ensino transformaram os vestibulares, que já eram deficientes, numa grande corrida em busca de um diploma. Os exames vestibulares passaram à condição de astros da disputa. Os cursinhos agora não se escondem sob a proposta de preparar o aluno para a universidade, tudo está voltado para as exigências do onipotente vestibular. É ele somente que determina o que vai ser ensinado ao vestibulando. E pelas próprias exigências do vestibular, tornou-se raro um curso que além de visar os exames possa oferecer um nível de aulas satisfatório.

### A Cruzinha do Vestibulando

Na classe enorme pouco mais de 300 alunos eram mantidos à custa de uma exagerada carga de tensão. Eram candidatos às vagas dos cursos de medicina. Com um "isso pode cair no vestibular" o professor mantinha sobre si as atenções do espetáculo. A classe estava praticamente afogada na fumaça dos cigarros, consequência da péssima ventilação do ambiente. O professor de repente tropeça e solta uma piadinha sem graça. A classe, antes silenciosa, explode numa gargalhada. O professor volta-se para o quadro: — "atenção, isso pode cair no vestibular". Todos silenciam, as cabeças a um só tempo voltam-se para o professor, e a aula continua. A didática dos cursinhos, em geral, é essa. Quando as aulas começam a ficar muito "massacrantes" — como diz um professor — solta-se uma piadinha, faz-se uma brincadeira para aliviar as tensões, e volta-se ao mesmo ritmo de aula. Além de espalhar verdadeiro terror em torno do vestibular e trazer o aluno sob constante pressão, os cursinhos alimentam também uma acirrada disputa, baseada principalmente na supervalorização do diploma. Em determinadas áreas, onde existem mais candidatos, cria-se um estranho relacionamento entre os alunos: cada colega passa a ser um sério concorrente às limitadas vagas existentes.

Com relação ao nível de ensino a que estão sujeitos os vestibulandos, todos sabem que é bastante baixo. Em primeiro lugar, as questões que caem nos vestibulares não requerem os conhecimentos que serão imprescindíveis para o curso a que o candidato se destina. A maior prova disso é a inclusão de física, química e biologia nos exames da área de humanas. Os vestibulares também nem sempre exigem que o estudante domine os aspectos mais importantes do programa, sendo as questões desviadas para pequenos detalhes que têm como única função dificultar os exames. Dessa forma, o vestibulando vê-se às voltas com informações que não possuem o mínimo interesse, mas que é obrigado a saber, porque os vestibulares comumente pedem. Existe ainda os testes de múltipla escolha, que, em nome da objetividade, colocam o aluno na passiva condição de fazer um X na questão que achar correta. Fala-se também na introdução de exames de redação, que viriam a sanar os problemas criados pelos testes. Na realidade a redação nos vestibulares funcionará como mais um dispositivo para torná-los ainda mais difíceis de serem transpostos. Aliás, a questão do aprendizado de redação não está vinculada ao vestibular. É um problema que envolve principalmente a qualidade do ensino: no do 1º e 2º graus. Os vestibulares com exames de redação, servindo apenas para aparentar que o aluno vai ter de fato sua capacidade testada, não irão resolver em nada os reais problemas do ingresso nas universidades. Questões como nível de ensino, qualidade das aulas dos cursinhos, testes de múltipla escolha, etc., são na realidade apenas decorrências de um mal maior, que é a própria existência dos vestibulares.

## cursinho: o outro



## da questão

### A Indústria dos Cursinhos

Em todos os cursos vestibulares muitos cartazes atestam que você receberá o melhor ensino do país se estiver disposto a matricular-se neles. Nas emissoras de rádio, as propagandas sobre tais cursinhos procuram ser convincentes. Nas portas dos exames vestibulares, logo à saída, imenso volume de papel é despejado sobre o alucinado vestibulando: "se você tivesse estudado em nosso curso"... Por trás de uma ampla publicidade funcionam verdadeiras indústrias de cursinhos, que recebem de todos os lugares do país milhares de alunos que se destinam a ingressar nas universidades. O capital manipulado por tais empresas, embora



# UNIVERSIDADE É PRÁRICO!

**N**ão estamos exagerando nada, se dissermos que a Universidade não passa de uma fábrica de "doutores". Uma enorme máquina que rotula, classifica e depois encaminha o indivíduo para o sucesso pessoal na vida, para a sua ascensão social.

Aos que fazem parte da burguesia, a Universidade é apenas uma etapa a mais na complementação do seu "status quo"; para os que vêm de classes mais baixas, como a classe média, a Universidade apresenta-se como o único caminho para vencer na vida, como a grande possibilidade de obtenção de títulos que os classificam para assumirem os postos oferecidos pelo Sistema.

Pelo caráter de ascensão social que a Universidade possui, ela há que se firmar em bases que requeiram uma "seleção" para os que nela ingressam. Se formos analisar a origem do pessoal que tem acesso à Universidade atualmente, percebe-se que, praticamente, não entra ninguém da baixa classe média e classe trabalhadora. O fato é que, concretamente, estabelece-se uma "triagem" que, embora aparentemente seja defendida como "medida de conhecimentos", na verdade é uma medida de caráter econômico. À medida que se exige um maior "preparo" do estudante que se candidata a uma vaga na Universidade, restringe-se cada vez mais a faixa de indivíduos advindos de classes mais baixas que não puderam pagar por este "preparo".

## O Individualismo

Esta "triagem" transforma a Universidade, para o indivíduo que almeja alcançá-la, em um castelo atrás de uma intransponível muralha; forjando, desta maneira, no indivíduo, a concorrência, desenvolvendo o individualismo como forma de luta. E assim o Sistema prepara cada um que consegue transpor a muralha, para que, ao entrar na Universidade aceite todas as regras que esta lhe impõe. Pois, afinal de contas quem entra é um privilegiado.

## Necessidades do Sistema

Ao chegar à Universidade, dizem ao aluno: "a ciência é neutra". E em nome dessa pseudo neutralidade, preparam-no, dão-lhe as armas que ele precisa para "subir na vida". Na Universidade, dizem-lhe que o conhecimento, o estudo, nada têm a ver com política. Preparam-no para ser apenas um técnico, com a função de servir apenas a quem o emprega e lhe paga mais. Assim é que a Universidade transforma os explorados que nela ingressam, em exploradores ou servidores e lacaios destes. A Universidade num sistema capitalista, não tem outra função que não a de prepa-

rar indivíduos para este sistema. Ele necessita das ciências exatas e naturais, da tecnologia e até mesmo das ciências sociais. Uma vez que este sistema se baseia no lucro, é para si importante uma tecnologia que tenha por função ampliar sua capacidade de produção, assim como as ciências sociais lhe podem ser úteis no sentido de "racionalizar a produção e aumentar a produtividade dos operários". A Universidade prepara não apenas a mão de obra qualificada necessária à reprodução do sistema, mas também forma os futuros quadros de administradores deste sistema, tanto os requeridos pelo Estado (técnicos e burocratas para os ministérios, políticos, etc.) como pela Empresa (administradores, dirigentes, economistas, etc.). Assim, mediante "seleção e formação" o sistema reproduz todas as dimensões da divisão social do trabalho.

## A escola e a ideologia

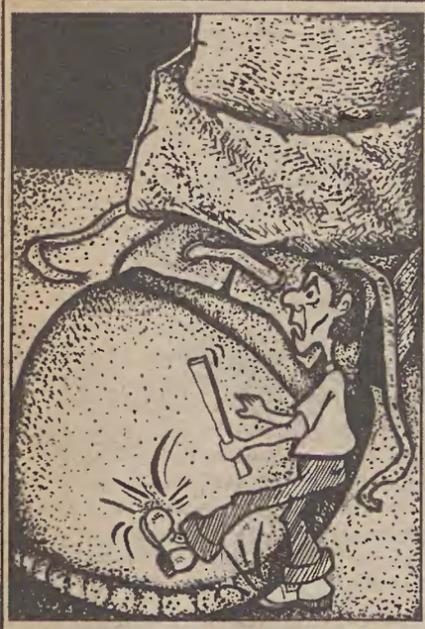
Afora a preparação técnica, a Universidade exerce outro papel que é fundamental para que se entenda a estrutura de funcionamento do aparato escolar: a transmissão de ideologia do sistema. Para a transmissão dessa ideologia, a Universidade utiliza, de várias maneiras, os valores que elege. O primeiro deles, que determina os outros, é a possibilidade de ascensão. Tenta-se mostrar ao indivíduo que o tempo gasto nos estudos secundários e universitários não passa de um investimento seguro em seu futuro. O sistema acena-lhe com promessas de êxito, afirma-lhe o poder do mérito pessoal. Enfim, elege o indivíduo para os seus quadros. Transforma o conhecimento científico em um mito, em uma propriedade privada, que quem a possui, deve vender a altos preços. Quando o sistema abre as portas de seu estabelecimento de ensino às classes menos favorecidas, não é apenas em função de pressões por parte desses setores, ansiosos por uma ascensão e às vezes até por reformas mais justas. É também, e principalmente, pela necessidade de aumentar sua produtividade. Nada, portanto, como educar indivíduos para servi-lo. Somente uns poucos chegam à Universidade: os poucos de que o sistema precisa, para a sua manutenção política, social e econômica.

"As idéias da classe dominante, são as idéias dominantes em cada época". Existem várias formas de dominação de classe. Uma delas é a coação e a violência física, das quais se encarregam os aparatos repressivos. Outra, é a dominação ideológica e cultural, da qual a Universidade é uma das responsáveis. A escola é por excelência "o local de transmissão e imposição das idéias da cultura dominante". Ela prepara tanto os explo-

rados do sistema, como seus futuros exploradores. Na medida em que os administradores e representantes da Universidade, em um sistema capitalista são portavozes diretos da classe que os mantém, ou seja, a burguesia, e na medida ainda que o ingresso à Universidade requer uma submissão a estes representantes da Universidade e sua estrutura, então, implicitamente o indivíduo que se mantenha passivo diante do que é imposto, aceita a ordem de valores que a Universidade propaga e tenta transmitir.

## Reformas não resolvem

Em seu sentido real, a Universidade tem a função de ser um centro crítico e criador, onde se questionam os antigos conhecimentos e se criam novos. No entanto, nenhuma forma de conhecimento pode ter alguma validade, se desligado da realidade social onde foi criado. Ora, conforme dissemos antes em outras palavras, a Universidade, em um sistema capitalista, tem por função não permitir mudanças. Esta Universidade é financiada por um sistema que se baseia em uma base social injusta: uma minoria desfruta do que a maioria produz. Consequentemente, todo conhecimento elaborado nesta Universidade tende a ser injusto, uma vez que é criado para servir o sistema que a mantém. Uma vez que esta Universidade tem por função servir ao sistema, este não pode permitir que ela execute mudanças que entrem em choque com o sistema. Toda a Reforma empreendida pela Universidade, é permitida pelo sistema. Levando-se em conta que o sistema é injusto, que a Universidade é injusta, que as reformas que o sistema permite são injustas, então lutar por reformas nos métodos de seleção ou mesmo de ensino da Universidade, é como querer colocar um remendo em uma camisa rasgada. Apesar disto, a Universidade, mesmo no atual sistema, pode ter um papel importante. Ela é um centro aglutinador de uma faixa de indivíduos potencialmente criativa, local de afluxo de elementos pertencentes à pequena burguesia (que, apesar de privilegiada economicamente, não detém os meios de produção) cujos anseios, algumas vezes, são incompatíveis com o que a Universidade ou mesmo o regime oferece. Além disso, apesar das restrições impostas, a Universidade ainda possibilita que os estudantes se organizem independentemente. Dessa organização independente, pode surgir o questionamento da Universidade, de suas técnicas de ensino e, principalmente, da ordem social que a mantém. E até que haja um sistema econômico justo, repetimos, não pode haver uma Universidade justa, aberta e livre a todas as classes.



## QUE MEDO VOCÊ TEM DE NÓS

**L**iberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social. Mas nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda podemos nos mexer.

"Não caluniemos o nosso pequenino fascismo tupinambá: se o fizermos, perderemos qualquer vestígio de autoridade e, quando formos vorazes, ninguém nos dará crédito. De fato, ele não nos impediu de escrever. Apenas nos suprimiu o desejo de entregar-nos a esse exercício." (Memórias do Cárcere — Graciliano Ramos).

A censura, como toda forma de repressão, constitui para o sistema que a aplica um mecanismo de auto-defesa.

Quando um regime se mantém sobre um sistema de bases sociais injustas, não lhe resta outra saída senão silenciar todos os que, de uma forma ou de outra, criticam-no, vêem-lhe as falhas e as fissuras de sua estrutura. Para este regime interessa que lhe entoeem os loas, que lhe enalteçam os feitos que propaga. Desta forma, em nome da moralidade, o regime comete a maior das "imoralidades", que é o impedimento da livre expressão das idéias e do pensamento. "A palavra é de prata, o silêncio de ouro." Essa parece ser a máxima que orienta os defensores do sistema. Pode-se falar, comedidamente. E quando alguém se aventura ao simples e ao mesmo tempo corajoso compromisso da verdade, a mordaza institucionalizada através do AI-5 o atinge inevitavelmente.

Deste modo, toda a imprensa séria, economicamente independente, uma vez que não depende dos gordos anúncios das grandes empresas, uma imprensa que questiona, denuncia, analisa; feita quase totalmente na base do idealismo de alguns profissionais honestos; uma imprensa que defende os reais interesses da nação de modo corajoso, acaba sofrendo diretamente as consequências da mordaza imposta: com maior ou menor intensidade (geralmente a lógica é a seguinte: para os menores, maior controle; para os maiores, menor).

Basta-nos lembrar alguns exemplos de órgãos da imprensa "nanica" brasileira que vêm sendo alvo de ataques por parte da censura federal: a apreensão do jornal MOVIMENTO em seu nº 15, antes mesmo de ser rodado na gráfica, por conter críticas aos Contratos de Risco. Essa apreensão causou prejuízos de tal modo que a situação econômica do jornal até hoje se ressentiu. E não ficou aí: a partir do nº 16, intensificou-se a já existente censura prévia, ao se acres-

centar uma lista de proibições acerca de certos temas e referências perigosas que de nenhuma maneira poderiam ser "transgredidos". Recentemente, MOVIMENTO sofreu mais um golpe: deslocaram sua censura prévia para Brasília, a uma distância de 1.400 km, que obriga os jornalistas a remeterem os originais com grande antecedência (o que prejudica a atualidade da notícia), além da necessidade de aumentar o nº de reportagens, na esperança de que as matérias liberadas sejam suficientes para preencher suas já reduzidas 20 páginas-tablóide.

A censura estrangula economicamente a pequena imprensa de tal modo que, às vezes, os prejuízos são demasiados, e os impedem de prosseguir. Um exemplo bastante claro está na própria história da imprensa brasileira; enquanto jornais como O ESTADO DE SÃO PAULO, O GLOBO, JORNAL DO BRASIL, etc, existem desde longa data, não há um só órgão da chamada pequena imprensa de que se possa dizer o mesmo. Suas publicações vão sendo engolidas, e como que substituídas através dos tempos. Nesse caso, podemos citar a Revista Anhembi, a Bondinho, Civilização Brasileira, Argumento, entre outras, que terminaram nem sempre por motivos de vontade própria.

Mais um exemplo de estrangulamento é o caso recente da EX, Editora cuja edição EXTRA! foi apreendida na Distribuidora, antes de sair para as bancas. A partir daí, a censura, ainda não existente no jornal, avisou que "atacaria" a partir do nº seguinte. Os EX-editores, não querendo desfigurar o jornal sob as garras da censura, optaram pelo seu fechamento; em seguida, lançaram nova publicação, sob o nome de MAIS-UM, com o mesmo grupo de jornalistas, a mesma diagramação e conteúdo do EX.

Mas não é sempre que a persistência e a esperteza dos editores como, no caso do EX, ataca inteligentemente em outra frente. Comumente, quando a publicação não se submete à censura, acaba desistindo da

luta. Foi o caso da revista de sociologia DEBATE E CRÍTICA, que ao se ver comunicada da instalação de censura prévia, preferiu fechar a revista, até que pudesse reabrir um dia, sem censura prévia. (ver DOIS PONTOS nº 3 Angu Geral).

O caso do PASQUIM também é digno de nota. Depois de passar 299 números sob censura rigorosa, viu-se informado da "retirada" da mesma. Sem hesitar, Millôr Fernandes preparou um editorial "honesto", onde dizia toda a verdade sobre a falsa liberdade que lhes ofertavam em seu número 300, e que esta era circunscrita à chamada "liberdade de responsabilidade". E logo que saiu às bancas o jornal foi apreendido pelos órgãos de segurança, confirmando as próprias desconfianças do editorial! Isso é suficiente para provar que, mesmo com a retirada da censura prévia, a censura federal pode continuar a agir, sempre arbitrariamente, apreendendo edições inteiras; no caso recente do EX, os prejuízos foram da ordem de 100.000 cruzeiros, quantia suficiente para acabar economicamente com um órgão da imprensa nanica, se ele não tiver esperteza para sobreviver. MOVIMENTO, por exemplo, continua saindo com déficit. Nota-se visivelmente a queda da qualidade editorial desse jornal a partir do nº 16, quando da intensificação da censura, e não, logicamente, por incapacidade de seus responsáveis. Desse modo, perdem-se leitores, que são a única sustentação financeira do jornal, exigindo malabarismos por parte desses jornalistas que ainda crêem em sua profissão.

Em OPINIÃO, a situação não está de modo diferente; o jornal chegou ao ponto de sair com grandes espaços em preto, numa espécie de triste comunicação ao público: luto pela liberdade de expressão.

Exemplos não faltam, para mostrar a rigidez da censura justamente nos órgãos de imprensa nanica; o que, de modo claro, é reconhecer a importância política que eles têm, e que o governo está muito preocupado em exterminar.



LEIA E ASSINE

PASQUIM

LEIA E ASSINE

MOVIMENTO

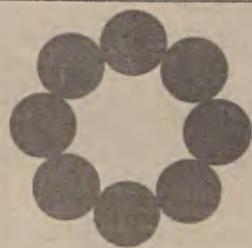
LEIA E ASSINE

Opinião

Leia e assine

## Equipe Vestibulares abre inscrições para bolsas.

CESCEM,  
CESCEA e  
MAPOFEI.



## Equipe Vestibulares

Rua Martiniano de Carvalho, 156.  
Telefones 289-2709 e 289-2008.  
Venha de Metrô e desça na  
Estação São Joaquim.

# O ESTUDANTE E A POLÍTICA



Ingressando nas faculdades o estudante, gradativamente, passará a se inteirar dos seus problemas, do seu descompasso e até desligamento da realidade brasileira e de uma série de falhas que se arrastam através dos tempos. Com isso não pretendemos sugerir que o ensino de primeiro e segundo graus não padeçam de males semelhantes. Está aí o exótico e lucrativo fenômeno dos cursinhos a selecionar economicamente os estudantes e a demonstrar a ineficiência gritante da escola secundária.

O estudante é o principal interessado no seu curso. Sob todos os aspectos: na forma como é ministrado e no seu conteúdo (que abrange o quê estudar e com quê finalidade). Mas o que se lhe apresenta é uma estrutura universitária bastante rígida, onde as transformações havidas são simplesmente comunicadas aos alunos, para que se inteirem das novas maneiras de proceder. O aluno é um elemento passivo — sofre a transformação ao invés de fazê-la. Por que foi feita, quem ganhará e quem perderá com a mudança, o que se visa obter com ela é assunto para as altas esferas administrativas com seus inconfessos objetivos políticos.

Vale lembrar que a universidade não é um corpo estranho incrustado no seio da sociedade. É uma peça que tem sua função

em todo social. E não veríamos como uma universidade de um Estado anti-democrático, pudesse se reger por mecanismos democráticos. Para a sociedade em geral há mecanismos de controle submetendo todo o povo às diretrizes e vontades do Estado. E há leis e mais leis para controlar as classes trabalhadoras e outros setores sociais. Lei de Greve para os operários, Lei de Imprensa e censura para os jornalistas, e para os estudantes o Decreto-Lei 477.

Os canais institucionais, ou seja, as vias legais e reconhecidas de participação para os estudantes estão praticamente vedadas. Insiste-se em que os estudantes participem através de Diretórios Acadêmicos. Mas estes órgãos são dependentes da burocracia universitária — dela recebem suas verbas e a ela devem prestar contas de suas atividades. Ou seja, não podem se tornar os defensores dos interesses dos estudantes, já que se vinculam e se subordinam àqueles contra os quais deveriam lutar. Assim como, como criticar a estrutura do ensino, seus métodos e suas finalidades e se submeter à censura dos responsáveis por ela.

Diz-se — palavras que nos chegam lá das alturas — que "a função do estudante é estudar". E que "aquele que quiser fazer política, que a faça através dos partidos

legalmente existentes." Em primeiro lugar não existe essa pretensa separação entre o ato de estudar e o de fazer política. Já se disse que todo homem é um animal político, sendo inviável pretender que o estudante seja apenas um animal. Basta estudar aquilo que nos é imposto, sem questionamentos, passivamente, que estaremos aderindo a uma decisão política. Porque foi política a decisão de aprovar este programa e não aquele, esta diretriz e não aquela outra. Esta observação leva-nos a desconsiderar a segunda parte do **aviso aos estudantes**, isto é, "aquele que quiser fazer política, que a faça através dos partidos legalmente existentes". Entretanto faremos algumas considerações. Nesta afirmativa está implícito que por política entende-se fazer oposição, pois a intenção é a de eliminar a militância nas universidades. Isto nos remete diretamente ao MDB que foi o partido criado para contracenar com a Arena, fazendo o papel de oposição. Qual a força deste partido? Será que através dele é permitido fazer política? Isto é, oposição? Se olharmos algumas passagens do ano de 75, ficaremos com sérias dúvidas. Logo no início o MDB quis constituir uma CPI (um direito legal, garantido pela Constituição) para investigar os direitos humanos no Brasil. O que foi que aconteceu? Começaram a surgir cochichos sobre um possível **endurecimento** do regime, ameaças veladas de cassação dos deputados mais salientes e por aí fora. A partir daí foi uma desconversação geral, um deixa-pra-lá sem fim até que o assunto desapareceu das manchetes dos jornais. E o MDB estava obedecendo estritamente às regras do jogo, criadas pelos próprios "donos" do poder. A situação é tão trágica e tão cômica ao mesmo tempo que alguns poucos parlamentares, entre os quais se destaca o Dep. Lisâneas Maciel, são considerados radicais perigosos para o sistema. Isto porque defendem de maneira intransigente o programa do partido, por liberdades democráticas, burguesas. Como lutar por liberdades democráticas através de um partido que não exerce a minguada liberdade que lhes resta, subordinando-se docilmente ao autoritarismo?

Enfim, os problemas que assolam a universidade são inúmeros e os canais de participação oferecidos aos estudantes visam tão somente iludí-los, além de controlar e desvirtuar os objetivos que almejam. Uma universidade voltada para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia científica e da reflexão crítica é uma meta que exigirá muitas lutas para ser alcançada. Principalmente pela nossa condição de país capitalista dependente. Os países capitalistas hegemônicos (que os não afeitos a eufemismos chamariam países imperialistas) detêm também o controle do conhecimento científico. Afinal, depois da exportação de produtos industrializados e de capitais, o que mais carrega fundos para tais nações é a exportação de **know how**. Por isso não podemos desenvolver a nossa ciência. Ao universitário brasileiro impõe-se a condição de simples operador que repetirá as técnicas e as fórmulas que aqui nos chegam, prontas e acabadas. A reflexão crítica também não pode. Como permitir que os

problemas da universidade e da nação sejam conhecidos, analisados e discutidos? Significaria colocar à nu as questões que afligem todo o povo e desvendar os tortuosos caminhos que conduzem às soluções. Que **eventualmente** não interessarão às classes que estão dominando.

E continua-se com os eternos problemas de falta de verbas, má distribuição, ensino que prepara mão-de-obra e ideologia para servir às empresas e os donos do poder, investidas para a implantação do ensino pago, órgãos decisórios inacessíveis aos estudantes, etc. As decisões mais importantes, que realmente definem os rumos do ensino no Brasil são tomadas no MEC (Ministério da Educação e Cultura) assessorado pelo CFE (Conselho Federal da Educação). É um centralismo de poder que impede totalmente o acesso dos estudantes. Nas universidades decidem-se as questões de menor importância, burocráticas. E mesmo estas já têm seus limites definidos ao nível do MEC. Estes órgãos das universidades são os Órgãos Colegiados (Conselho Universitário, Congregações, Conselhos Interdepartamentais e Departamentais). Neles permite-se a participação de 1/10 de estudantes para 9/10 de professores, o que, na prática, significa excluí-los até das decisões menos importantes.

De que maneira poderemos então lutar para defender os seus interesses, para resolver os nossos problemas menores e para influir nas diretrizes da universidade?

Devemos lutar em vários níveis, começando pelas próprias salas de aula, questionando o autoritarismo do professor, seus métodos e o programa adotado, lutando por melhores condições materiais de ensino, etc. A nossa organização deverá se efetivar principalmente através dos centros Acadêmicos, que são entidades livres e abertas, não submissas às autoridades educacionais. Devemos ter em mente que a maior parte, ou os problemas centrais do ensino brasileiro, contra os quais estaremos lutando, somente se resolverão em um Estado democrático. Eis porque a nossa luta é também por liberdades democráticas, pois com a sua conquista é que poderemos realmente mudar o próprio caráter da escola, fazendo-a voltar-se para os interesses da grande maioria da população. Por isso devemos estar atentos às lutas que desenvolvem as classes trabalhadoras por sua emancipação e pelas liberdades. São as classes que terão a força suficiente, já que estão ligadas diretamente à produção para conduzir um processo que leve a uma transformação da sociedade em que vivemos. Não devemos, em virtude da nossa debilidade, deixar escapar as alianças com setores que, em certos momentos — e somente em certos momentos — caminham no mesmo sentido que o nosso. Claro está que fazemos a distinção natural entre aliança e subordinação. Se a Igreja ou um jornal progressista levam uma luta contra as torturas ou pela liberdade de imprensa, sem nos atrelar, sem nos deixar levar pela sua ideologia e por seus fins últimos, podemos e devemos a eles nos aliar. A nossa luta se faz através de etapas que nos conduzirão, passo a passo, a um Estado plenamente democrático.

**5 cursos práticos**

DESENHO TÉCNICO DE ARQUITETURA

PERSPECTIVA APLICADA

desenho animado

CINEMA AMADOR super 8

FOTOGRAFIA E REVELAÇÃO À CORES

inscrição *sem taxa*

R. VEIGA FILHO, 698

ou PAPELARIA DO CAMPOS na FAU

Fone: 67-7850 (Higienópolis - SP)

FOTOLITOS

COMPOSIÇÃO IBM

IMPRESSÃO OFF-SET

MATERIAL ESCOLAR

LIVROS E APOSTILAS

**DLP**

GRÊMIO POLITÉCNICO

R. Cardeal Arcoverde, 1641 — Pinheiros - Lojas na Cidade Universitária: Prédios do Biênio, Química e Mecânica.



O ano passado marcou uma nova etapa no movimento estudantil pós 68. A greve, uma de nossas formas de luta mais radical foi ressuscitada definitivamente e aconteceu em praticamente todas as universidades onde os estudantes estão mais organizados (USP, UFBA, UFMG, UFRJ, etc.)

Quem se deu ao trabalho de examinar as lutas estudantis que se desenvolveram este ano notou duas coisas essenciais: o aumento da participação e a radicalização das formas de luta. O movimento que durante alguns anos ficou restrito, sobrevivendo através de abaixo-assinados, reuniões com baixa participação, algumas atividades culturais e da imprensa universitária começa a se desenvolver.

A principal razão para isso é que ao mesmo tempo em que os problemas do ensino superior se agravavam, pouco ou nenhum valor se dava às opiniões do estudante. O desenvolver desta situação acabou por convencer aos mais renitentes de que era necessário tomar posições de força e não apenas ficar torcendo para que seus representantes consigam convencer representantes do MEC ou de um Conselho Universitário.

Na USP, a mobilização dos alunos, ainda em março, para a defesa de três colegas ameaçados de enquadramento no 477 pela reitoria, já mostrava como o movimento ia se desenvolver durante o ano. As assembleias e concentrações com a participação de 500, mil ou mais estudantes substituíram as reuniões das diretorias dos CAs. O resultado se fez sentir rápido pois a reitoria voltou atrás e assumiu que tudo havia sido um "lamentável erro de interpretação jurídica". Em abril, ainda na USP eram os alunos da Escola de Comunicações e Artes que iniciavam uma greve que durou todo o primeiro semestre e que contou com o apoio e a solidariedade de toda a USP. Desencadeada por um episódio aparentemente não importante (a demissão de um professor), na realidade a greve acontecia em cima da situação caótica em que a escola se encontrava: péssimas aulas, falta de verbas e equipamentos e ainda sob o tacão de um diretor cujo autoritarismo e conservadorismo chegaram às raias da paranóia.

A queda do diretor (Prof. Manuel Nunes Dias) era a reivindicação básica e essencial para que houvesse possibilidade de resolver tudo isso e apesar de não ter sido atingida. (1) não significa que os alunos foram derrotados. Pelo contrário, a greve foi útil para identificar causas e consequências dos problemas que hoje se vive na universidade, ao mesmo tempo que acabou com o marasmo em que vivia a maior parte dos alunos da ECA (situação em parte causada pela orientação da diretoria do centro acadêmico que foi deposta durante o movimen-

to). Quem quiser conferir é só examinar como se desenvolveu o 2º semestre na ECA, com a maioria dos alunos assumindo uma posição crítica e combativa tanto dentro como fora das salas de aula.

Ainda no 1º semestre, os alunos do campus da USP em S. Carlos entraram em greve exigindo bolsas de alimentação e mudanças nos critérios de avaliação das disciplinas. Suas reivindicações foram parcialmente atendidas.

Fora da USP, são ainda significativas as greves ocorridas nas escolas médicas, pelo número e pela coincidência de causas. Estiveram em greve de maior ou menor duração as escolas de medicina da Bahia, Santos, Taubaté, Santo Amaro, Bragança e Botucatu. Em geral os motivos foram falta de material para cursos práticos, anuidades exorbitantes e deficiências nos hospitais-escola.

Logo depois da volta das férias eram os estudantes cariocas que se manifestavam. Depois de um boicote bem sucedido ao pagamento das taxas de matrícula, os alunos de pós-graduação da engenharia da UFRJ paralisaram as aulas em protesto contra o corte no valor das bolsas de estudo que recebiam e que acabou não se concretizando por causa da reação dos prejudicados. No documento tirado em assembleia os pós-graduandos colocavam que apenas planos e palavras bonitas não adiantavam, exigiam medidas concretas para melhoria da pós-graduação e ainda, que fossem informados e consultados acerca das medidas que lhes atingissem (2).

No dia 22 de setembro começa a greve que vai colocar os 14.000 alunos da Universidade Federal da Bahia em pé-de-guerra contra o jubramento. (3) Com a consciência de que os problemas que enfrentavam não eram só deles, mas de toda a universidade brasileira, os estudantes baianos denunciavam: "O baixo nível de ensino, o número limitado de vagas e o alto índice de reprovação, têm provocado um "inchamento" nas universidades do país. O jubramento é utilizado para imputar ao estudante a

pecha de incapaz, transferindo assim para ele, erros da estrutura educacional sob a qual vivemos." A greve termina ao final de um mês com a ocupação do campus da UFBA por forças policiais armadas com metralhadoras, gás lacrimogênio, escudos e cassetetes. Os alunos decidem voltar às aulas para se reorganizarem já que não havia possibilidade de continuarem mobilizados, impedidos que estavam de se reunirem. Objeto de votação somente em dezembro passado quando os alunos já estavam de férias, os órgãos de decisão da UFBA acabaram dando ganho de causa aos estudantes quando eliminaram quatro dos cinco critérios de jubramento existentes na UFBA (só ficou o critério exigido pelo MEC).

O fim da greve da Bahia corresponde já ao início do movimento que iria também paralisar toda a Universidade de São Paulo.

Já há algum tempo vinha havendo um recrudescimento das prisões efetuadas pelos órgãos de repressão em São Paulo. No mês de outubro, as prisões começaram a atingir a universidade: estavam sendo presos alunos, professores e ex-alunos. No dia 23 de outubro foi proposta em Assembleia Geral Universitária uma paralisação geral das aulas a partir do dia 28, se as pessoas presas não fossem libertadas. No dia 26 de outubro, sábado, morre o jornalista e professor da ECA—USP, Vladimir Herzog nas dependências do Departamento de Operações Internas (DOI) do II Exército. A crise se precipita na segunda feira. Os alunos da ECA paralisam suas aulas e convocam Assembleia Universitária. Já na quarta feira a Universidade estava toda parada. A palavra de ordem era: pela integridade e pela vida dos presos, e por sua libertação imediata e contra as prisões arbitrárias. A greve durou até o fim da semana quando os estudantes juntamente com outros setores da população de S. Paulo participaram do Culto Ecumênico em memória do jornalista morto.

Na Universidade Federal Fluminense a luta continuava. Os estudantes de 25 esco-

las do grande Rio tentavam promover a Semana de Direitos Humanos (que por sinal aconteceu também em S. Paulo tendo sido realizados vários debates na Igreja de São Domingos promovidos pelos Centros e Diretórios Acadêmicos de várias escolas). A repressão no Rio, entretanto, foi muito forte e o show que seria realizado para dar início à Semana teve sua proibição garantida por um verdadeiro aparato policial-militar. Nos dias que se seguiram, o reitor da UFF ordenou por duas vezes a suspensão dos trabalhos escolares para evitar que os alunos vindo ao campus discutissem a questão.

Marcado por todas estas manifestações de ampla participação, 1975 coloca em discussão novas questões para o movimento estudantil brasileiro que os vestibulandos e calouros de 76 deverão ajudar a resolver.

Em primeiro lugar, com o movimento aumentando de volume é cada vez mais necessário que suas posições sejam representativas da maior parte dos estudantes através de uma participação direta e efetiva e, em segundo lugar, que se encontre mecanismos efetivos de contatos entre as escolas para que se possa superar, pelo menos provisoriamente, a inexistência da União Nacional dos Estudantes e das Uniões Estudantis para coordenar as lutas na defesa dos interesses dos estudantes.

#### NOTAS

(1) A comissão de professores que examinou a situação da ECA chegou à conclusão que os alunos tinham razão quanto à maioria das reclamações. Apesar disso, a comissão não entendeu que o responsável era o diretor da escola.

(2) Os alunos da pós-graduação conseguiram efetivar suas reivindicações porque haviam organizado um Conselho de Representantes, o CRAC. Na UFRJ, todas as organizações estudantis (diretórios ou centros acadêmicos) estão impedidas de funcionar.

(3) O Jubramento consiste em um dispositivo para expulsar da universidade os alunos que não obtiverem níveis mínimos pré-fixados de rendimento escolar.



EMPÓRIO ARTÍSTICO

CASA ESPECIALIZADA

- DESENHO
- PINTURA
- ENGENHARIA
- ARQUITETURA

# “Michelangelo”

## COLASUONNO & CIA. LTDA.

MATRIZ - R. LIBERO BADARÓ, 118  
FONES: 32-2292 - 35-4257

FILIAL 1 - R. MARTINS FONTES, 185  
FONE: 256-2120

CAIXA POSTAL 2862 - S.P.

# A NOBREZA DA BRUZUNDANGA

## Lima Barreto: "um mulato nato, no sentido lato, mulato democrático do litoral" bota prá jambrar na universidade brasileira.

**U**m leitor curioso e simpático, por ser curioso, escreveu-me uma amável cartinha, pedindo-me esclarecimentos sobre os usos, os costumes, as instituições civis, sociais e políticas da República dos Estados Unidos da Bruzundanga (Atualmente República Federativa da Bruzundanga. — N.R.).

Diz-me ele que procurou informações de tal país em compêndios de Geografia, em dicionários da mesma disciplina e várias obras, nada encontrando a respeito.

O meu simpático leitor não me disse que obras consultou, mas certamente ele não procurou informações nos livros que o governo da Bruzundanga manda imprimir dando fabulosos lucros aos impressores e editores, livros escritos em várias línguas e destinados a fazer a propaganda do país no estrangeiro.

É estranho; pois que, por meio de tais livros, muita gente tem feito fortuna e adquirido notoriedade nos corredores das Secretarias e nos desvãos do Tesouro da República da Bruzundanga.

Pode ter acontecido, entretanto, que o meu leitor amigo os tivesse procurado nas livrarias principais; mas não é aí que eles podem ser encontrados.

As obras que a República manda editar para a propaganda de suas riquezas e excelências, logo que são impressas completamente, distribuem-se a mancheias por quem as queira. Todos as aceitam e logo passam adiante por meio de venda. Não julgue o meu correspondente que os sábios as aceitem. São tão mofinas, tão escandalosamente mentirosas, tão infladas de um otimismo de encomenda que ninguém as compra, por sabê-las falsas e destituídas de toda e qualquer honestidade informativa, de forma a não oferecer nenhum lucro aos revendedores de livros, por falta de compradores.

Onde o meu leitor poderá encontrá-las, se quer ter informações mais ou menos transbordantes de entusiasmo pago, é nas lojas de merceiros, nos açougues, nas quitandas, assim mesmo em fragmentos, pois todos as pedem nas repartições públicas para vendê-las a peso aos retalhistas de carne verde, aos vendeiros e aos vendedores de couve.

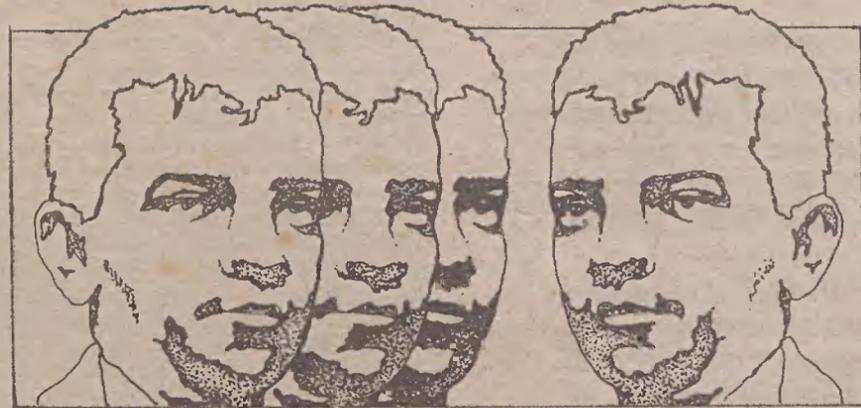
Contudo, a fim de que o meu delicado missivista não fique fazendo mau juízo a meu respeito, vou dar-lhe algumas informações sobre o poderoso e rico país da Bruzundanga.

Hoje lhes falarei das nobrezas da grande Nação; proximamente, em artigos sucessivos tratarei de outras instituições e costumes.

A nobreza da Bruzundanga se divide em dois grandes ramos. Talqualmente como na França de outros tempos, em que havia a nobreza de Toga e de Espada, na Bruzundanga existe a nobreza doutoral e uma outra, que, por falta de nome mais adequado, eu chamarei de palpite.

A aristocracia doutoral é constituída pelos cidadãos formados nas escolas, chamadas superiores, que são as de medicina, as de direito e as de engenharia. Há de parecer que não existe aí nenhuma nobreza; que os cidadãos que obtêm títulos em tais escolas vão exercer uma profissão como outra qualquer. É um engano. Em outro qualquer país, isto pode se dar; na Bruzundanga, não.

Lá, o cidadão que se arma de um título em uma das escolas citadas, obtém privilégios especiais, alguns constantes das leis e outros consignados nos costumes. O povo mesmo aceita esse estado de coisas e tem um respeito religioso pela sua nobreza de



doutores. Uma ressoa da plebe nunca dirá que essa espácie de Brahamane tem carta, diploma; dá á:tem pergaminho. Entretanto, o tal pergaminho é um mediocre papel de Holanda.

As moças ricas não podem compreender o casamento senão com o doutor; e as pobres, quando alcançam um matrimônio dessa natureza, enchem de orgulho a família toda, os colaterais, e os afins. Não é raro ouvir alguém dizer com todo o orgulho: — Minha prima está casada com o doutor Bacabáio.

Ele se julga também um pouco doutor. Joana d'Arc não enobreceu os parentes?

A formatura é dispendiosa e demorada, de modo que os pobres, inteiramente pobres, isto é, sem fortuna e relações, poucas vezes podem alcançá-la.

Coisa curiosa! O que mete medo aos candidatos à nobreza doutoral não são os exames da escola superior; são os exames preliminares, aqueles das matrículas que constituem o nosso curso secundário...

Em geral, apesar de serem lentos e demorados, os cursos são mediocres e não constituem para os aspirantes senão uma virgília de armas para serem armados cavalheiros.

O título — Dr. — anteposto ao nome, tem na Bruzundanga o efeito de — Dom — em terras de Espanha. Mesmo no Exército, ele soa em todo o seu prestígio nobiliárquico. Quando se está em face de um coronel com o curso de Engenharia o modo de tratá-lo é matéria para atrapalhões protocolares. Se só se o chama *tout court* — Dr. Kamisãio — ele ficará zangado porque é coronel; se se o designa unicamente por coronel, ele julgará que o seu interlocutor não tem em grande consideração o seu título universitário-militar.

Os prudentes, quando se dirigem a tais pessoas; juntam os dois títulos, mas há aí uma dificuldade na precedência, isto é, se se devem designar tais senhores por — Dr. Coronel — ou — Coronel Doutor.

Está aí um problema que deve merecer acurado estudo do nosso sábio Mayrinck. Se o nosso grande especialista em coisas protocolares resolver o problema, muito ganhará a fama da inteligência brasileira.

Quanto aos costumes, é isto que se observa em relação à nobreza doutoral. Temos, agora, que ver no tocante às leis.

O nobre doutor tem prisão especial, mesmo em se tratando dos mais repugnantes crimes. Ele não pode ser preso como qualquer do povo. Os regulamentos dizem isto, apesar da Constituição, etc.

Tendo crescido imensamente o número de doutores, eles, os seus pais, sogros, etc, trataram de reservar o maior número de lugares do Estado para eles. Capciosamente, os regulamentos da Bruzundanga vão conseguindo esse "desideratum".

Assim, é que os simples lugares de alcaides de polícia, equivalente aos nossos delegados, cargos que exigem o conhecimento de simples rudimentos de direito, mas muito tirocinio e hábito de lidar com malfetores, só podem ser exercidos por advogados, nomeados temporariamente.

A Constituição da Bruzundanga proíbe as acumulações remuneradas, mas as leis ordinárias acharam meios e modos de permitir que os doutores acumulassem. São cargos técnicos que exigem aptidões especiais, dizem. A Constituição não fez exceção mas os doutores hermeneutas acharam uma.

Há médicos que são ao mesmo tempo clínicos no Hospital dos Indigentes, lentes da Faculdade de Medicina e Inspetores dos Telégrafos; há, na Bruzundanga, engenheiros que são a um só tempo professores de Grego no Ginásio Secundário do Estado, professores de Oboe no Conservatório de Música e peritos louvados e vitalícios dos escombros de incêndios.

Quando lá estive, conheci um bacharel de direito que era Consultor Jurídico da principal Estrada de Ferro pertencente ao governo, inspetor dos serviços metalúrgicos do Estado e examinador das candidatas a irmãs de Caridade.

Como vêem, eles exercem conjuntamente cargos bem técnicos e atinentes aos seus diplomas.

Um empregado público qualquer que não seja graduado, não pode ser eleito Deputado; mas a mesma lei eleitoral faz exceção para aqueles funcionários que exercem cargos de natureza técnica, isto é, doutores. Já vimos que espécie de técnica é a tal tão estimada na Bruzundanga. Convém, entretanto, contar um fato elucidativo. Um doutor de lá, era até lente da Escola dos Engenheiros, apesar de ter outros empregos rendosos, quis ser inspetor da Carteira Cambial do banco da Bruzundanga. Conseguiu e, ao dia seguinte da sua nomeação, quando se tratou de afixar a taxa do câmbio, vendo que, na véspera havia sido de 153/16, o sábio doutor mandou que se o fizesse no valor de 153/32. Um empregado objetou:

— V. Excia. quer fazer descer o câmbio?

— Como descer? Faça o que estou mandando! Sou doutor em matemática.

E a coisa foi feita, mas o sábio deixou o lugar, para estudar aritmética.

Continuemos a citar fatos para que esta narração tenha o maior cunho de verdade, apesar de que muita coisa possa parecer absurdo aos leitores.

Certo dia, li, nos atos oficiais do Ministério dos Transportes e Comunicações daquele país, o seguinte: "F., amanuense dos Correios da província dos Cocos, pedindo fazer constatar de seus assentamentos o seu título de doutor em medicina — Deferido".

O pedido e o despacho dispensam qualquer comentário; e, por eles, todos podem aqilatar até que ponto chegou, na Bruzundanga, a superstição doutoral. Um amanuense que se quer reconhecer por médico, é fato que só se vê no interessante país da Bruzundanga.

Outros casos eloquentes comprovativos do que venho expondo, posso ainda citar. Vejamos.

Há pouco tempo, no Conselho Municipal daquele longínquo país, votou-se um orçamento, dobrando e triplicando todos os impostos. Sabem os que ele diminuiu? Os impostos sobre os médicos e advogados.

Ainda mais. Quando se tratou de organizar uma espécie de serviço militar obrigatório, o governo da Bruzundanga, não podendo isentar totalmente os aspirantes a doutor, consentiu que eles não residissem e comessem nos quartéis, no intuito piedoso de não lhes interromper os estudos. Entretanto, um caixeiro que fosse sorteado perderia o emprego, como todo e qualquer empregado de casa particular.

Há nessa nobreza doutoral uma hierarquia, como em todas as aristocracias. O mandarinato chinês, ao qual muito se assemelha essa nobreza da Bruzundanga, tem os seus mandarins com botões de safira, de topázio, de rubi, etc. No país em questão, eles não se distinguem por botões, mas pelos anéis. No intuito de não fatigar os leitores, vou dar-lhes um quadro sintético de tal nobreza da Bruzundanga com a sua respectiva hierarquia colocada em ordem descendente.

Guardem-no bem. Ei-lo, com as pedras dos anéis:  
DOUTORES:

- MÉDICOS (Esmeralda)
- ADVOGADOS (Rubi)
- ENGENHEIROS CIVIS (Safira)
- ENGENHEIROS MILITARES (Turqueza)
- ENGENHEIROS GEOGRAFOS (Safira e certos sinais no arco do anel)
- FARMACÊUTICO (Topázio)
- DENTISTA (Granada)

Em linhas gerais, são estas as características mais notáveis da nobreza doutoral da Bruzundanga. Podia acrescentar outras, sobre todos os seus graus. Lembrarei, porém, ao meu correspondente que os três primeiros graus são mais ou menos equivalentes; mas os três últimos gozam de um abatimento de 50% sobre o conceito que se faz dos primeiros.

Da outra nobreza, tratarei mais tarde, deixando de lado as meninas das Escolas Normais, com os seus bonés de Universidade Americana, e os bacharéis em letras da Bruzundanga, porque lá não são considerados nobres. Entretanto, as primeiras têm um anel distintivo que parece uma mostra de joalheria, pela quantidade de pedras que possui; e os últimos anunciam os seus cursos com uma opala vulgar. Ambos esses formados são lá considerados como falsa nobreza.